Julho/Agosto 1980
Editado pela Fundação Nacional Pró Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Educação e Cultura
Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. CxP 04-0150

SPHAN 7

*pró*Memória



Quando, às seis horas da manhã do dia 30 de agosto, foguetes começaram a espocar na região do vale do rio Braço do Norte, moradores das cidades vizinhas e do município de Orleans começavam a chegar para a inauguração do MUSEU AO AR LIVRE DE ORLEANS: — projeto nascido de proposta da comunidade local, destinado a preservar de forma viva e dinâmica a tecnologia dos imigrantes que colonizaram o sudeste de Santa Catarina.
Depois do foguetório aconteceu a batucada, a apresentação de grupos musicais característicos da colonização local, a Missa do Colono, inaugurando a Capela do Museu, grande churrasco para três mil visitantes e almoço típico. À tarde foi a vez de apresentação de grupos de danças da colônia, do coral Camerata Vocale, do concurso de bandas e dos jogos de bocha, boliche e bolão.
Estava concretizado o sonho daquela comunidade e aberta a Semana Cultural de Orleans. Pelos seis dias subsequentes muitas outras manifestações culturais e artísticas criadas pelo povo de Orleans ali aconteceriam.

Localizada no Vale do Rio Tubarão, Orleans está a cerca de três horas de carro de Florianópolis, situada entre as Termas do Gravatal e da Guarda, próxima às estâncias climáticas de Bom Jardim e São Joaquim e vizinha à região das minas de carvão de Lauro Muller. É uma região montanhosa, na encosta da Serra Geral, cortada por vários rios e de terra muito fértil. Com uma população estimada em 14.000 habitantes, o município formou-se e desenvolveu-se em função do campo.

Os 35% da população que se localizam na zona urbana se dedicam especialmente a atividades produtivas ligadas ao comércio e à prestação de serviços, com algumas indústrias de médio porte. O restante da população habita a zona rural dividida em minifúndios e se dedica ao trabalho agropastoril ou pequenas empresas ligadas a este tipo de atividade. Atualmente, a cultura dominante é a do fumo, além do plantio de subsistência. A maioria dos vários minifúndios, passados de geração a geração, permanece ligada às tradicionais formas familiares de plantio, beneficiamento e obtenção de produtos.

Estas tradições remontam à época da colonização, quando as terras de Orleans, pertencentes ao dote da Princesa Isabel, foram vendidas a emigrantes europeus pela Empresa de Terras e Colonização Grão-Pará, em fins do século passado. Ali chegando, poloneses, letões, austríacos e principalmente alemães e italianos, desenvolviam um modo particular de produção, empregando e desenvolvendo técnicas de seus países de origem adaptadas ao novo contexto.

Vários fatores têm, a partir da última metade deste século, contribuído para o desaparecimento progressivo destas atividades tradicionais, dos quais, talvez, o mais significativo seja a enchente que assolou a região em 1974, destruindo a maioria das indústrias familiares, normalmente situadas à beira dos afluentes do rio Braço do Norte, movidas por energia hidráulica. Da mesma maneira, a expressiva penetração de companhias multinacionais estimulando ali o plantio de fumo, tem contribuído para afastar o colono de suas atividades tradicionais, quebrando o isolamento da região às influências tecnológicas e sociais alienígenas, o que, de certa forma, concorria para a preservação natural daquela maneira de viver.

O MUSEU

A idéia inicial de implantação do Museu ao Ar Livre de Orleans partiu do Pe. João Dall'Alba: "Cursava a Facul

dade quando recebí a tarefa de pesquisar sobre a imigração do sul de Santa Catarina. Saí em campo e vi que muito pouco havia nas bibliotecas sobre o assunto. Parti então para a batalha de recolher depoimentos dos próprios imigrantes". E foi pesquisando que encontrou, em um porão, caixotes que continham cerca de 80.000 documentos da Empresa de Terras e Colonização Grão-Pará. E ele prossegue: "Estudei na Itália e vi muita coisa antiga. Quando cheguei a Orleans vim pensando em fazer a história desta cidade. É certo que não tivemos grandes vultos históricos mas achei que poderia transformar o museu, com toda esta técnica da região, em depositário da memória de nossa gente".

Em 1977, com o apoio da Prefeitura Municipal de Orleans e de vários setores da comunidade, Pe. João chega a Brasília e procura o Centro Nacional de Referência Cultural. Vinha de uma longa caminhada, projeto debaixo do braço, pensando em financiamento. Foi no CNRC que o projeto tornou-se realidade, contando, a partir daí, com a colaboração da Fundação Catarinense de Cultura e o financiamento do Banco do Brasil. Situado próximo ao centro urbano, o Museu, pioneiro no gênero na América do Sul, foi referenciando e apresentando de maneira dinâmica algumas unidades típicas das atividades agro-industriais características da região, que remontam ao tempo da chegada do colono.

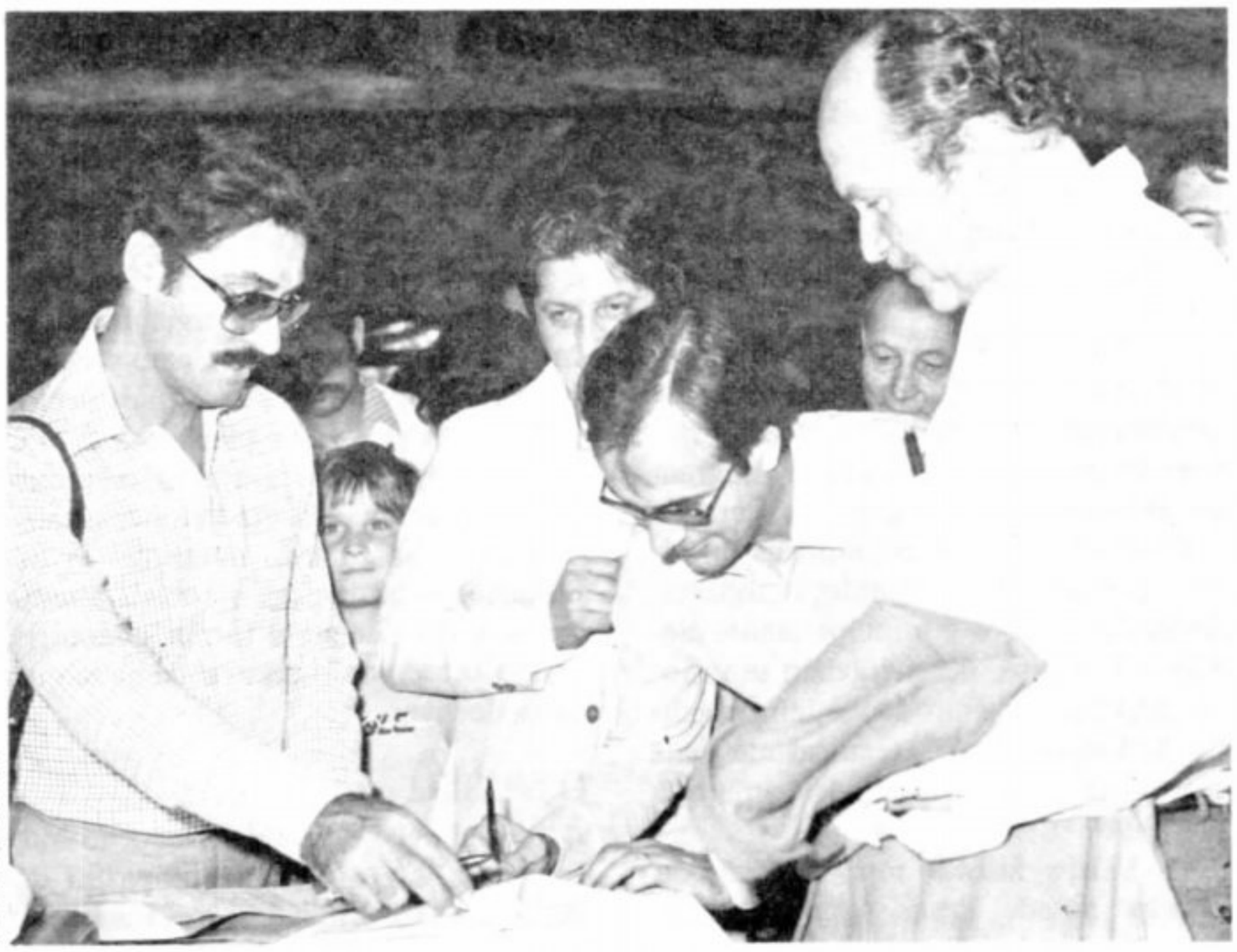
Estas unidades foram adquiridas de proprietários locais, sendo postas em funcionamento na área colocada à disposição pelo Instituto São José e abrigadas, quando a unidade assim requeria, em galpões igualmente típicos, construídos conforme as técnicas construtivas tradicionais. O grande responsável pela instalação do Museu é Altino Benedet, o "seu" Altino, que trabalha em marcenaria desde 14 anos de idade, observando o trabalho de seu pai, mestre em marcenaria. Desde cedo fazia rodas d'água com pequenos pedaços de madeira, usando sabugo de milho para fazer as polias que movimentavam seus "engenhos".

Mestre no conhecimento de seus ancestrais, coube a "seu" Altino, recuperar e restaurar todas as peças que estão dentro do Museu, colocando-as em perfeitas condições de funcionamento. É dele também todo o projeto de engenharia do Centro de Vivência – um galpão destinado a encontros, festas e congraçamentos, ao lado da igreja, como nas colônias – que visitado por arquiteto foi confundido com "obra baseada na mais moderna arquitetura sueca, que se utiliza da madeira como matéria-prima". E "seu" Altino quis: "Ele não acreditava no que eu dizia e quiz ver a planta. Então eu peguei a tabuinha riscada a prego e mostrei para ele, que não acreditava no que via. Eu apenas havia marcado no pedaço de pau, a olho, onde deveria ficar cada pilar de sustentação. O resto é fácil. É só levantar as paredes".

Para a distribuição espacial do Museu ao Ar Livre no terreno foi seguida a orientação de pessoas da cidade e do consultor Alcides Áquila da Rocha Miranda, que escreveu: "A montagem dos engenhos remanescentes do início da colonização foi feita com raro conhecimento e dedicação exemplar. A disposição das diversas construções obedeceu criteriosamente à direção do aqueduto que movimenta as diversas rodas d'água. O revestimento em tábuas, cuja disposição nos pareceu



Venício Debiasi



Venício Debiasi

"Seu" Altino põe o museu a funcionar enquanto no galpão da olaria a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Secretaria de Assuntos Culturais, a Fundação Catarinense de Cultura, a Prefeitura Municipal de Orleans e a Fundação Educacional Barriga-Verde assinavam convênio para manter e implementar este funcionamento.

descuidada, verificamos, posteriormente, corresponder a uma tradição local. Quanto aos caminhos a serem traçados sobre o terreno, aconselhamos proceder como Lúcio Costa em Brasília, propondo que se deixasse a opção aos usuários para evitar a formação de trilhos imprevistos. No caso em apreço é ainda mais plausível por se tratar de terreno em aclive."

Outra colaboração da comunidade orleanense foi a prestada ao Museu pelo Grupo Ecológico Curupira, sociedade civil preocupada com a defesa das matas, com a poluição dos rios e com um intenso trabalho de divulgação da importância de se preservar a natureza junto ao público estudantil. Foi o Grupo Curupira quem elaborou todo o projeto paisagístico da área. A designação "ao ar livre" corresponde a uma apresentação e manutenção das unidades produtivas em seu ambiente próprio, obedecendo a uma exposição ecológica, na medida em que o acervo encontra-se integrado ao seu local de origem, cercado, inclusive, por seu ambiente natural. Neste sentido, o processo de tombamento do Museu, pela SPHAN, poderá levar em consideração o "capão" de mato localizado à sua frente e que, a ele integrado, com sua vegetação tipicamente regional, contribuirá para se manter o espírito que presidiu o projeto. Assim, as unidades de produção ficam localizadas em ambiente propício e fiel, e mais importante ainda, se preserva um fazer muito particular, que adota soluções patrimoniais alternativas para a obtenção de energia e de produtos.



Venício Debiasi

Detalhe do interior do engenho de cana. Os primeiros engenhos de cana da região eram feitos de madeira e tinham pequena capacidade de produção, obtendo, entretanto, um maior grau de pureza em seus produtos. Mais tarde apareceram os engenhos com moendas de pedra, como o do Museu. Foi construído em 1920, por Luis Benedet e esteve funcionando por 40 anos, em Rio Laranjeiras, de onde foi recolhido para integrar o acervo.



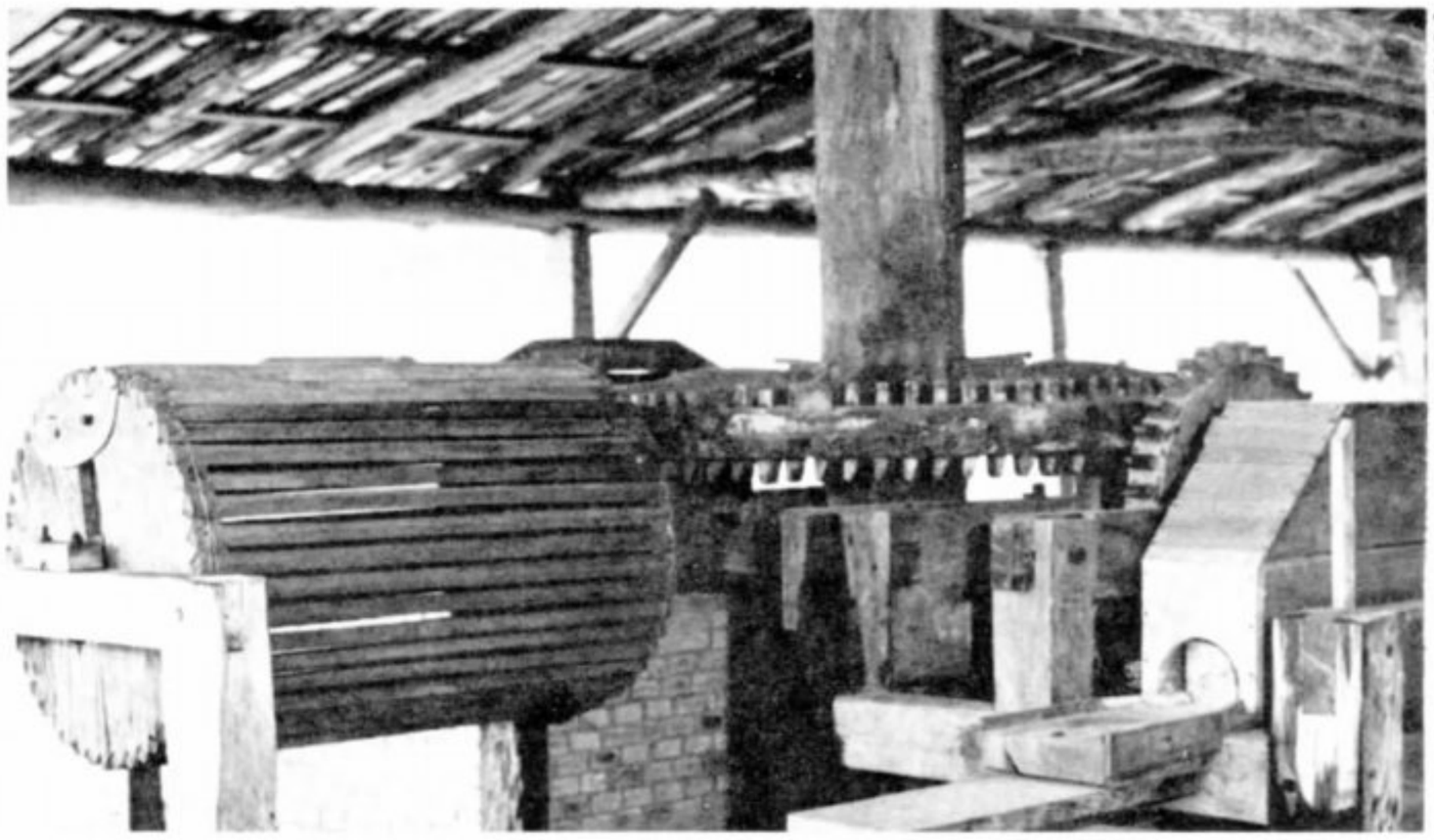
Venício Debiasi

A "Camerata Vocale", de Blumenau, expressou no seu canto a força das cinco etnias presentes na cultura catarinense. Entre seu repertório, de magnífica interpretação, músicas que levaram o público presente a lembranças emocionadas. A apresentação culminou com um coro de quase mil vozes, cantando a contagiante "La Bella Polenta".

O Museu ao Ar Livre, a partir do dia 30, é um departamento da Fundação Educacional Barriga Verde, de Orleans, e sua manutenção física e a continuidade de estudos que enseja estão previstos no convênio firmado entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Nacional Pró-Memória, e a Secretaria de Assuntos Culturais, do Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Catarinense de Cultura e a Prefeitura Municipal de Orleans.

Seu funcionamento se caracteriza por uma dinâmica peculiar no que

diz respeito a prestação de seus serviços que se dá em níveis diversos e simultâneos: ao visitante fornece um quadro expressivo da cultura regional; à comunidade oferece a utilização de seu maquinário para processamento de matéria-prima para obtenção de produtos de consumo usual, o que garante a sua permanência e dinamismo, e também à comunidade e às instituições envolvidas, rico laboratório de estudos e pesquisas, como é o caso do desenvolvimento dos projetos da Pró-Memória denominados Cultura e Educação, História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e Indústrias Familiares dos Imigrantes (Vide IPHAN 1, p. 3 e 4)



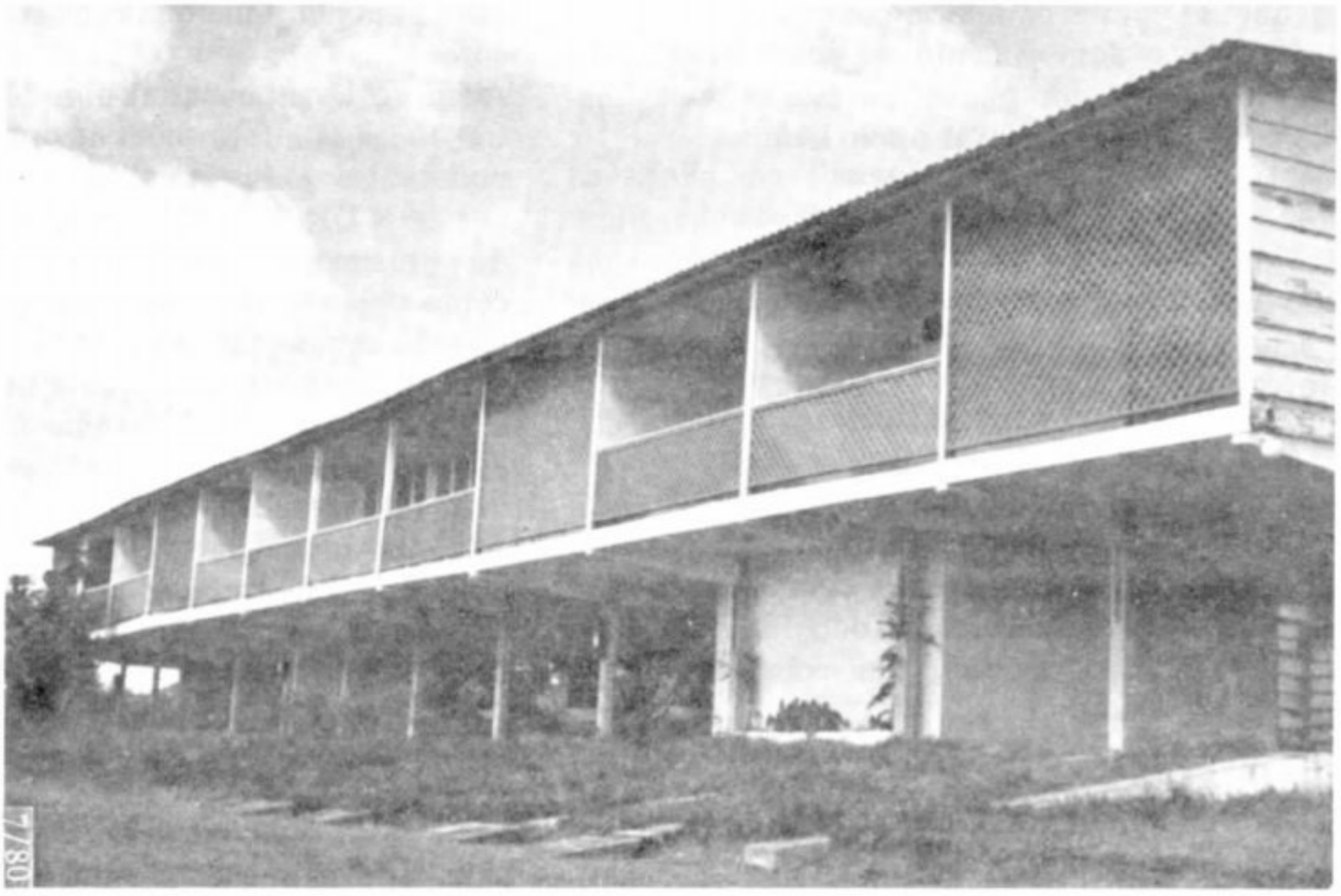
Venício Debiasi



Venício Debiasi

O engenho de farinha das fotos data de 1910 e foi adquirido em São Ludgero, onde esteve funcionando por 20 anos. É constituido de rapador, cevadeira, prensa, esfarelador, peneira e forno, para transformar a mandioca em farinha e polvilho. Para funcionar, requer apenas 3 pessoas e pode produzir, em média, de 4 a 5 sacos de farinha por dia.





Este é o Catetinho nº 2, maior e mais bem acabado, mas que não faz parte do bem tombado pelo Patrimônio. As pessoas que chegaram a Brasília depois de 1960 se surpreendem ao saber que, ao lado do Catetinho que todos conhecem, existiu esta outra construção.

Brasília

Catetinho, 24 anos depois

Primeira edificação na área da nova capital, o Catetinho foi tombado como patrimônio histórico a pedido do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e entregue aos cuidados da antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), a 10 de novembro de 1956, com o objetivo de manter sua conservação e preservar sua integridade. Nesse sentido, a 7ª Delegacia Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Nacional Pró-Memória vem realizando um trabalho preliminar de levantamento arquitetônico para fins de cadastro que constitui-se de plantas, cortes fachadas, cobertura do edifício e anexos, situação do terreno e locação da obra dentro dele.

Além dos cuidados com a parte que diz respeito a arquitetura, está sendo realizado também um breve levantamento histórico, como por exemplo, as etapas de construção, o material utilizado, etc. Até então existia, na 7ª DR, apenas o esboço desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, datado de 18 de outubro de 1956. A partir desse trabalho a SPHAN disporá de um material cotado e dimensionado sobre esse monumento histórico, para ser utilizado quando necessário.

A CONSTRUÇÃO

Após várias pesquisas, as comissões encarregadas de estudar a construção da nova capital no Planalto Central, escolheram a área denominada sítio Castanho, na fazenda do Gama, para iniciar as primeiras instalações.
Na sua primeira visita à região, em outubro de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek constatou que não havia condições que lhe permitisse, como desejava, pernoitar no local e acompanhar de perto o início dos trabalhos. Fazia-se necessária a construção de um alojamento para abrigar o presidente e o grupo que iria começar a construir Brasília.

Cesar Prates, primeiro funcionário contratado pela Novacap, ocupava o posto de relações públicas na Companhia e foi incumbido, por esse motivo, de pegar trinta barracas no Primeiro Exército, no Rio, que serviriam de abrigo para aqueles que iriam iniciar os trabalhos da construção do futuro Distrito Federal. Mas antes de fazé-lo, alguns dos amigos mais íntimos do presidente Juscelino Kubitschek, reunidos no Juca's Bar, no Rio de Janeiro, tiveram a idéia de construir uma casa de madeira, que serviria, inicialmente, não apenas de residência para o presidente e para os responsáveis imediatos pela obra a ser realizada, mas também, como sede de governo.
Entre esses amigos encontravam-se João Milton Prates, Roberto Pena, Dilermando Reis, Emigdio Rocha, Agostinho Montandon, Cesar Prates, José Ferreira de Castro Chaves, Vivaldo Lírio, Osório Reis e Oscar Niemeyer. Depois que Oscar Niemeyer desenhou a planta do "Palácio de Madeira", primeiro nome dado ao Catetinho, Cesar Prates seguiu para Belo Horizonte onde conseguiu, no Banco de Minas Gerais, o dinheiro emprestado para as primeiras despesas da construção.
O engenheiro Roberto Pena, por sua vez, recebeu a incumbência de passar por Araxá e levar para o Planalto Central, um caminhão, alguns operários e os primeiros materiais necessários para o início da obra. Enquanto João Milton Prates, Cesar Prates e José Ferreira de Castro Chaves alcançaram o Planalto por avião, descendo em Luziânia, para se encontrarem com Roberto Pena, os outros ficaram no

Rio para tomar as providências que fossem necessárias.
Sem saber exatamente onde ficaria o Plano Piloto, o "Palácio de Madeira" foi construido na velha fazenda do Gama, atualmente a 25 quilômetros do centro da capital, próximo a uma pista de avião e a um belo bosque tendo no seu interior uma nascente de água, hoje conhecida como Fonte da Juventude. No dia 22 de outubro de 1956 iniciaram-se os trabalhos que foram concluídos a primeiro de novembro do mesmo ano.

CATETINHO II

Em janeiro de 1956 Israel Pinheiro, presidente da Novacap, autorizou a construção, no mesmo local, do RP II (Residência Presidencial II) conhecida, na época, por Catetinho. Também em madeira, ela conpletava o conjunto arquitetônico. Bem maior do que o RP I, com um acabamento muito melhor, mais requintado, oferecia mais conforto ao presidente, à sua família e às personalidades ilustres que hospedou na época, como o presidente de Portugal, o príncipe do Japão e o embaixador dos Estados Unidos.
Hoje o RP II e sua história são praticamente desconhecidos do público e até mesmo das pessoas que estão em Brasília desde sua inauguração. Tão logo foi feito o tombamento do RP I, o RP II foi vendido por 500 mil reis a Sebastião Camargo, que o transportou imediatamente para a sua chácara, próxima ao Plano Piloto. Fechada há vários anos, a construção corre o risco de se deteriorar cada vez mais, pois, seu estado atual de conservação não é dos melhores. Embora a SPHAN não tenha intenção de recuperá-la diretamente, há a preocupação de se fazer um levantamento arquitetônico e fotográfico para efeito de registro histórico.

CATETINHO I

A obra denominada RP I e conhecida hoje por Catetinho, nome carinhoso dado pelo famoso violonista Dilermando Reis, não obedeceu rigorosamente ao seu projeto original, provavelmente por causa do material disponível no local da construção. Apesar de ter sido projetado todo em madeira, material considerado precário e tipicamente provisório em termos arquitetônicos, ele já continha alguns dos elementos que norteavam a arquitetura da época, como a modulação e o despojamento de detalhes, além do uso dos pilotis, ou esteios, cuja finalidade é deixar o solo livre.
Sua estrutura consiste em pilotis de madeira, tirada da mata vizinha, sobre base de pedra da própria região. Uma escada exterior, em peroba, dá acesso ao primeiro pavimento que apresenta uma estrutura vertical e horizontal com barrotes e vigotes de madeira aparelhada, sendo algumas delas em peroba. As vedações (paredes) têm requadramento de pinho, com chapas tipo duratex e algumas com taboado tipo forro paulista. Todo forrado com forro paulista, sua cobertura é em alumínio.
O problema de fornecimento de água para o serviço doméstico do Catetinho, na época da sua construção, foi resolvido através de uma caixa d'água composta de cinco tambores de duzentos litros cada um, colocados na copa de uma árvore bem alta. A água, canalizada a partir da nascente encontrada no bosque, era bombeada por um mortorzinho a gasolina e chegava a um dos tambores que tinha comunicação com os outros e de lá era distribuída para as diversas peças da residência. Toda a casa era servida de água quente através de uma serpentina instalada no fogão.

24 ANOS DEPOIS

Pode-se considerar que a "alma de Brasília" nasceu com o Catetinho, pois ele proporcionou o conforto necessário para assegurar as condições de trabalho, além de ter servido de residência aos diretores da Novacap durante um ano e meio. Os móveis, o telefone a pilha e manivela, os colchões, as roupas de cama, as cortinas etc, que se encontram no local, são os mesmos deixados por eles.
Na área ocupada pelo conjunto das construções originais foram adicionados, em função dos turistas, um bar com seis banheiros, em madeira, acompanhando o mesmo estilo dos outros imóveis. No bosque foram colocadas algumas mesas e bancos para os turistas e na área destinada ao pátio, que era de tera, o chão foi coberto com cascalho e uma camada de asfalto. Holofotes foram instalados na parte exterior e uma cerca, colocada depois do governo Kubitschek, separa a àrea do Catetinho e a sede do clube vizinho, impondo uma limitação no espaço.
Além do levantamento a fim de registrar todas as informações de ordem arquitetônica e histórica, os trabalhos que a 7ª DR da SPHAN está realizando atualmente no Catetinho, têm como objetivo fazer um estudo e em seguida apresentar uma proposta de agenciamento da área, com a finalidade de reconquistar toda uma ambiência da natureza, melhor protegendo a mata de cerrado e a nascente, além de tornar mais agradável os momentos de lazer alí desfrutados pelos turistas.
Quanto a parte interna, a proposta consiste em melhorar as condições de iluminação e a ambiência interna de um modo geral, sem alterar o monumento.
Em termos de conservação, o que tem sido feito permanentemente é apenas a limpeza. Considerando-se que o material empregado na construção do edifício tombado é precário, o seu estado de conservação está abaixo do razoável, embora algumas substituições já tenham sido feitas nas táboas de vedação externa, tapetes de borracha da varanda, cobertura de alumínio e, sobretudo, alguns esteios, que em contato com o solo e com a umidade, apodrecem. Novamente alguns deles estão colocando a construção em perigo, principalmente os que se encontram sob o sanitário contíguo ao primeiro quarto do presidente Juscelino Kubitschek, que suportam uma laje muito pesada.
A manutenção é difícil, diz Luciano Pereira, administrador do Catetinho desde 1960. Principalmente porque há apenas duas pessoas para fazer todo o serviço. É preciso uma terceira e mais material de limpeza. Hoje, com 57 anos de idade, dos quais vinte e quatro vividos no próprio local, Luciano Pereira cuida do Catetinho como de sua própria casa. Se perguntam se ele pretende sair de lá, a resposta já é conhecida: "só saio se for obrigado e ainda dou trabalho, porque faço parte da história e já estou tombado pelo Patrimônio". Ele deverá aposentar-se dentro de um ano, mas seu desejo é continuar a cuidar da obra que viu nascer.

Luziânia guarda memória de seus dois séculos



Belmira Finageiv

Já restaurada, a igreja de N.S. do Rosário será sede de um museu.

"Eu acho que todo mundo tem uma mania ou vem ao mundo com uma missão: a minha é fazer propaganda das coisas da minha terra, a cidade de Santa Luzia." – Assim fala Gelmires Reis, velho professor de História e, certamente, a memória viva da cidade goiana de Luziânia, que ele ainda chama pelo antigo nome.

A cidade nasceu no dia 13 de dezembro de 1746, quando Antônio Bueno de Azevedo, paulista de Atibaia, comandando uma bandeira vinda de Paracatu, MG, descobriu jazidas de ouro no rio Vermelho, hoje chamado de Canal. As minas foram muito produtivas, atraindo elevado número de pessoas para o povoado que, rapidamente, ganhou feições de cidade. Como aconteceu com tantas outras cidades mineiras e goianas, passada a fase da mineração Luziânia entra em um estado de relativa estagnação.

Autor de mais de 20 livros e membro da Academia de Letras e Artes do Planalto, organismo criado em 1976 que trabalha para a preservação do patrimônio da cidade, Gelmires conta que "há duas fases na vida de Santa Luzia: antes e depois de Brasília"

Certamente ninguém discorda disto e quase todo mundo até mesmo reconhece que a construção de Brasília foi fator de notável desenvolvimento para Luziânia, embora, como frequentemente acontece nos casos de mudanças muito bruscas, tenha deixado também conseqüências indesejáveis.

Andando pela cidade notam-se sinais muito evidentes destas transformações. Por exemplo, o elevado número de escritórios de advocacia anunciando sua especialidade em causas relativas à propriedade de terras, e as inúmeras casas de materiais de construção: acontece que Luziânia conta com mais de 300 mil lotes numa área de 770 quilômetros quadros, resultado de um processo desenfreado de loteamentos iniciado em 1956. Na verdade, trata-se de pequenas cidades criadas para receber as pessoas que o processo econômico expulsou do Distrito Federal.

A chamada "cidade velha" guarda ainda alguns poucos exemplares arquitetônicos de valor, herança do período do ouro; o principal deles talvez seja a igreja Nossa Senhora do Rosário, construida em 1763. Outra igreja, a Matriz, construida de 1761 a 1767, resistiu durante anos até que, há pouco tempo, foi totalmente desfigurada por uma reforma. A Casa de Câmara e Cadeia, que era de 1774, foi completamente destruida em 1960 para dar lugar à estrada que liga o centro urbano à rodovia Belo Horizonte–Brasília.

Restam ainda alguns casarões e sobrados mas muita coisa foi destruida a partir de 1958, quando os terrenos passaram a valer mais que as casas e os proprietários faziam suas demolições. Não havia legislação sobre o assunto e o descuido aumenta até mesmo pelo fato de que, hoje, os filhos de Luziânia não chegam a 10 por cento da população.

Esta situação começou a inverter com o atual prefeito, Walter Rodrigues, que proibiu demolições sem autorização da Prefeitura e, em 1978, pediu a colaboração da Academia de Letras e Artes para enfrentar o problema. Assim foi feito um levantamento de 140 imóveis, classificados de acordo com seu nível de interesse histórico ou patrimonial.

Por outro lado, há legislação municipal isentando de impostos aqueles que mantenham as características originais de seus imóveis e a igreja do Rosário foi restaurada com 70 por cento de recursos da Prefeitura e o restante da Academia. Um sobrado da praça principal também foi restaurado pela Prefeitura que nele instalou a Secretaria de Educação e o Centro Comunitário e onde são realizadas serestas e outras atividades culturais.

Na igreja do Rosário será instalado um museu com o que restou da arte sacra local e que está guardado pela Academia e com um acervo de documentos, máquinas e peças antigas comprado pela Prefeitura e doado à instituição.

Além disto, desde o mês de maio estão sendo realizados contatos entre técnicos da Prefeitura e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com vistas a um trabalho conjunto. Um dos aspectos que estão sendo examinados é a lei de uso do solo que a Prefeitura preparou e deverá submeter à Câmara de Vereadores ainda este ano. Outro assunto é o processo de tombamento federal da igreja do Rosário, que está sendo providenciado pela 7ª Diretoria Regional da SPHAN. Por outro lado, será pedido o tombamento estadual de algumas casas e de um roteiro histórico preparado a partir dos estudos do arquiteto Cláudio Luis Garcia, além de obras de emergência para evitar desabamentos em certas casas.

Cuida-se também de outro problema sério, pois nada menos que 4 mil veículos em geral e 2 mil caminhões são registrados em Luziânia e circulam constantemente pelo centro histórico, sendo que a pavimentação de um trecho de apenas 10 quilômetros da rodovia Brasília–Caldas Novas diminuiria este fluxo.

CACHOEIRA DO BRUMADO

Pesquisa documenta o artesanato



Nalva



Nalva

Panelas de pedra sabão



Nalva

Produção de tapetes de pita

Com o objetivo de documentar processos de produção artesanal nos distritos dos municípios de Ouro Preto e Mariana, a fim de identificar peculiaridades de sua vida societária, suas lideranças e visando o desenvolvimento de trabalho comunitário nas áreas de saúde e educação, o **Programa Ouro Preto** (IPHAN nºs 1, 2 e 3) realiza, desde novembro do ano passado, a título experimental, o trabalho de documentação do fazer em Cachoeira do Brumado.

Distante 35 quilômetros da Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Cachoeira do Brumado é distrito da cidade de Mariana e se tornou conhecido entre o povo mineiro através de seu artesanato em pita – tapetes, cortinas, bolsas, chapéus – e em pedra sabão – panelas. Além disto, colecionadores e apreciadores do entalhamento em madeira visitam Brumado para encomendar peças, já famosas há algum tempo, dos artesãos Artur e Adão: são quase sempre presépios e animais.

O projeto obteve, através de fotografias e depoimentos gravados, a documentação detalhada do processo produtivo. Identificou festas religiosas e segmentos da comunidade a elas associados, além de lideranças voltadas a reivindições e trabalhos de assistência à saúde. D. Maria do Carmo, por exemplo, é uma destas líderes. Ela, tecedeira de tapetes e cortinas e enfermeira prática, conseguiu mobilizar a comunidade e através da Associação Comunitária de Cachoeira do Brumado construir uma pequena casinha que será o primeiro posto de saúde da cidade, que até hoje não tem um só médico.

A partir deste mês, a equipe do projeto estará usando essa experiência como base para o trabalho nos outros distritos circunvizinhos. Dez estudantes de Ouro Preto e Mariana estão sendo selecionados e trabalharão como pesquisadores, sob a supervisão do coordenador dos trabalhos de Cachoeira do Brumado. A tarefa de cada um destes dez participantes englobará todas as etapas do processo: trabalho de campo, com fotografias e gravação de entrevistas, revelação dos filmes, copiagem, montagem fotográfica de cada uma das etapas do processo produtivo, montagem sonora dos depoimentos, assim como a indexação de todo o material recolhido.

O projeto, a partir desta aproximação com a comunidade, se integrará ao projeto Cultura e Educação (IPHAN nº 5), também da Fundação Nacional Pró-Memória e a atividades desenvolvidas pela Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto, na área da saúde.

São Miguel

A consolidação das ruínas

Por solicitação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) à UNESCO, o professor Roberto Di Stefano, consultor técnico daquele organismo, veio ao Brasil para examinar as condições atuais das ruínas de São Miguel das Missões, ameaçadas de desabamento devido à ação contínua do tempo, principalmente das chuvas e do vento. A ameaça maior localiza-se na frontaria da Igreja, onde se verifica uma acentuada inclinação, exigindo trabalhos imediatos de proteção.

Durante três dias – 4, 5 e 6 de agosto – o professor Di Stefano, acompanhado por uma equipe de técnicos da SPHAN, examinou detalhadamente toda a área das ruínas e estudou a documentação gráfica e escrita existente sobre o monumento. Contrariando uma das hipóteses preliminares, que seria a desmontagem e remontagem da frontaria, o professor desaconselhou, em princípio, a adoção dessa medida, recomendando, no entanto, a realização de numerosos exames e análises que permitam a definição de um diagnóstico e o consequente projeto executivo de proteção.

O professor Di Stefano e a equipe de técnicos da SPHAN concluiram, também, que além das deformações mais graves existentes na frontaria, o monumento apresenta generalizadamente defeitos estáticos e, em destaque, os localizados na torre e nas arcadas que ladeiam a nave. Recomendaram, ainda, a execução de um plano geral de restauro e de valorização dos remanescentes dos artigos Povos Jesuíticos, relacionando-o com os planejamentos municipais e estadual.

MESMA IMPORTÂNCIA

Com base nas intervenções feitas anteriormente no monumento, principalmente a que ocorreu em 1938, sob a responsabilidade do arquiteto Lucas Mayerhoffer, quando metade de toda a torre foi desmontada e posteriormente remontada, já então na posição certa, levantou-se a hipótese de se fazer o mesmo com a frontaria da Igreja. Argumentava-se, inclusive, que hoje, mais de 40 depois daquela intervenção, as técnicas teriam evoluido de tal forma que seria mais seguro e mais fácil fazer-se a desmontagem. A esse argumento contrapôs o professor Di Stefano a alegação de que a evolução técnica deve exatamente servir para que se encontre outras soluções, sem ter que se desmontar as ruínas. Disse que há 40 anos a desmontagem talvez fosse realmente a melhor solução mas que hoje o avanço da técnica deve contribuir não para o avanço das técnicas de desmontagem, mas sim para o desenvolvimento de novos sistemas de consolidação.

O professor Di Stefano explicou que ruínas, por sua própria característica, possuem imperfeições que são, no entanto, testemunhos de uma determinada época e da ação inexorável do tempo sobre o monumento. Na sua opinião, a desmontagem e remontagem de ruínas é uma intervenção muito violenta e que só se justificaria depois de realmente esgotadas tôdas as outras possibilidades de consolidação.

Explicou que a pouca divulgação dada às reduções jesuíticas impedem que elas sejam melhor conhecidas, principalmente no exterior, mas que ele não hesita em reconhecer nas ruínas das missões jesuíticas a mesma importância de outras ruínas célebres, como a Acrópole, o Coliseu e outras.

DUAS LEITURAS

Logo depois do primeiro dia de inspeção, o professor Di Stefano falou sobre a importância de se promover a reconstituição do espaço original de São Miguel, argumentando que a situação atual não facilita o entendimento claro do que era uma redução missioneira. Disse que as ruínas, da forma como se apresentam hoje, ressaltam elementos para uma leitura de elite, pois valorizam excessivamente determinados aspectos s arquitetônicos, como a fachada a Igreja, em detrimento do espaço como um todo que, na sua opinião, precisa ser valorizado, pois possibilita uma leitura mais popular, permitindo um entendimento mais simples e claro do que representou o trabalho dos Jesuítas.

Acompanharam o professor Di Stefano, que além de consultor da UNESCO é engenheiro civil e presidente do comitê italiano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), o Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, professor Aloísio Magalhães, o diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN, arquiteto Augusto Silva Telles, o diretor da 9ª Diretoria Re-



1980/HCB

Ruínas de São Miguel: "a mesma importância da Acrópole e do Coliseu"

gional da SPHAN, arquiteto Júlio N. Barros de Curtis e Fernando Machado Leal, arquiteto da SPHAN.

Depois de permanecer uma semana no Brasil, o professor Roberto Di Stefano regressou à Itália, devendo voltar a São Miguel no próximo mês de outubro para dar continuidade ao trabalho de assessoramento aos planos e projetos para consolidação das ruínas de São Miguel.

EXAMES E ANÁLISES

Os exames e análises recomendados pelo professor Di Stefano e pelos técnicos da SPHAN terão início imediato, pois alguns deles já estão, inclusive, contratados, como os serviços de escoramento e o de fotogrametria. De acordo com a decisão dos técnicos deverão ser feitos os seguintes trabalhos preliminares em São Miguel:

1 – Análise histórica no sentido de conhecer a sucessão das fases construtivas e dos acréscimos, modificações e transformações ocorridas no monumento, inclusive das intervenções de restauração e de consolidação verificadas no tempo;

2 – Levantamento gráfico do monumento

a) Levantamento topográfico da zona ocupada pelo edifício e do seu entorno, com retícula de referência de 3.0 x 3.0 m, curvas de nível de metro e metro e com cotas nos principais elementos edificados, tomando-se como RN, a cota da soleira da porta principal da igreja;

b) plantas da igreja, com indicações métricas, referentes às características construtivas e arquitetônicas, inclusive à tipologia e à qualidade dos materiais constitutivos. Tais plantas serão executadas nos diferentes níveis significativos tecnicamente, no sentido de porem em evidência as irregularidades presentes, em escalas 1:100/1:50;

c) seções longitudinais e transversais em número suficiente para a leitura técnica do monumento (escalas 1:100/1:50) segundo as indicações do item b;

d) elevações dos quatro lados do edifício (escalas 1:100/1:50) segundo as indicações do item b. Nas seções e nas elevações deverão ser indicadas as fiadas das pedras com relação a uma horizontal de referência.

e) detalhes, em escalas 1:50 e 1:20, no sentido de indicar especificadamente as condições das partes significativas do monumento.

3 – Levantamento fotográfico do monumento – Todas as partes mais significativas do monumento serão fotografadas sistematicamente (e documentadas em formato não inferior a 12x18). As fotografias serão numeradas em seqüência e indicadas graficamente em plantas com referência aos pontos de tomadas.

4 – Levantamento fotogramétrico da fachada principal – Será efetuado o levantamento das faces externa e interna da fachada. O levantamento visa indicar as deformações espaciais do maciço da fachada. Sobre a fachada deverão ser afixados, previamente, pontos de referência, correspondentes a uma retícula ideal de espaçamento de cerca de 2.0 x 2.0 m. Tais pontos serão referidos a um sistema de coordenadas cartesianas a três dimensões. O levantamento, a forma e a posição de cada uma das pedras, dos detalhes arquitetônicos e os alinhamentos das fiadas das pedras. Todas essas cotas serão referidas ao mesmo RN do levantamento topográfico e gráfico (a soleira da porta principal da igreja).

5 – Análise dos materiais constitutivos dos maciços das paredes

a) análise petrográfica, no sentido de determinar a constituição geológica, mineralógica e substâncias químicas e suas características petrográficas;

b) análise das características de resistência à degradação devida aos agentes externos, em particular à água da chuva. Exame da capacidade de resistência às diferenças térmicas (inclusive as bruscas), diurnas e sasonais. Análise da capacidade de absorção da água, comportamento à gelividade. Exame da capacidade de resistência e do comportamento da pedra referentes à umidade atmosférica da localidade do monumento nas diferentes estações (tomar as medidas médias dos últimos 10 anos);

c) análise das características físicas das pedras dos muros. Resistências das pedras à compressão, à tração, ao desgaste e ao choque nas diferentes condições da umidade (pedra molhada pela chuva e seca ao sol). Resistência da alvenaria à compressão e à tração. Determinação do peso específico das pedras e da alvenaria.

6 – Análise dos caracteres construtivos

a) realização de pesquisas, onde forem necessárias, nos interiores dos muros e das pilastras no sentido do conhecimento da constituição dos núcleos internos das estruturas;

b) prospecções nas fundações no sentido de definir a forma, a posição e outras características das estruturas sob o terreno;

c) sondagens do terreno nas zonas de interesse do monumento, no sentido de conhecer a natureza e as características geotécnicas e de resistência do terreno.

7 – Exame estático do sólido da fachada principal

a) análise de cargas;

b) determinação do baricentro em diferentes seções verticais do sólido da fachada;

c) análise das tensões internas do sólido da fachada (considerada em estado biaxial, sendo duas dimensões – altura e comprimento – muito maiores que a espessura), no estado atual de deformação e solicitada por esforços horizontais do vento – idem com a hipótese adicional de eventuais esforços verticais devidos a recalques de estrutura da fundação, e/ou do terreno.

8 – Exame estático da situação atual da parte consolidada em 1938 (torre e pórtico).

9 – Exame estático da situação atual das partes consolidadas em 1968 (fachada principal).

10 – Estudo da estrutura de escoramento para a contenção da progressão de deformações na fachada principal, segundo o esquema indicado.

11 – Controle sistemático, contínuo da progressão deformativa da fachada principal, a partir dos pontos de retícula marcados previamente.

12 – Fase de execução – Poderão e deverão ser realizados simultaneamente os serviços indicados nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11. A seguir, e contemporaneamente, os itens 7, 8 e 9. Os serviços inicialmente referidos deverão ser realizados num prazo inferior a 120 dias.

Mogi das Cruzes

Curta história com final feliz



Arquivo 8ª DR/SPHAN

Ameaçadas de demolição há 13 anos...



... as Igrejas são a principal atração de Mogi das Cruzes.

A história recente das Igrejas da Ordem 1ª e da Ordem 3ª do Carmo, em Mogi das Cruzes (SP), demonstra, de maneira exemplar, como evolui a opinião e a participação da comunidade em relação ao seu patrimônio cultural. Motivados pelo abandono em que se encontravam as duas Igrejas, ambas muito descaracterizadas, e pressionados pela necessidade de construção de um templo capaz de atender ao crescimento da população, os moradores de Mogi das Cruzes chegaram a enviar um abaixo assinado com 6.184 adesões ao IPHAN, em 1967, requerendo o cancelamento do ato de tombamento das Igrejas. Eles apoiavam o requerimento de Frei Hilarião Remmerswaal, procurador da Província Carmelitana de Santo Elias, pedindo o cancelamento do tombamento, que "veio exatamente na hora em que se ia proceder à demolição das duas Igrejas em questão, para levantar-se uma nova Igreja, grande, em estilo moderno", conforme consta do requerimento.

Ao comentar o pedido feito no abaixo assinado, o arquiteto Lúcio Costa desabafou: "É incrível que, numa cidade civilizada e florescente como Mogi das Cruzes, se pretenda demolir dois monumentos de tamanho valor e significação. Como pode alguém – e foram milhares os que inadvertidamente pleitearam a pena de morte para a duas pobres igrejas inermes – como pode alguém admitir, em sã consciência, que talhas e pinturas arquitetônicamente integradas sejam destruidas (ou pretensamente removidas) e a cidade se veja assim, motu próprio, empobrecida com a perda dessas insubstituíveis testemunhas da sua origem e tradição, a pretexto da necessidade de dispor de maior espaço para abrigar fiéis (ou infiéis?)".

E, profético, concluia Lúcio Costa: "O que deveriam pleitear é a restauração das igrejas sob a orientação técnica da DPHAN, para maior valorização do conjunto e das partes que o compõem. Os próprios signatários das petições ficarão surpresos com o resultado e bendirão o tombamento que os impediu de, num gesto insensato – indigno do belo nome que a cidade tem – jogar fora um tesouro que não tem preço".

Hoje, 13 anos depois, dificilmente se encontrará em Mogi das Cruzes alguém que se manifeste contra a permanência das Igrejas. Ao contrário, todos são unânimes na reclamação contra a demora na conclusão das obras de restauração das Igrejas que, no entanto, deverão estar prontas no início do próximo ano. De fato, as obras tiveram início há dez anos, mas foram prejudicadas por vários fatores, desde a insuficiência de verbas em determinados períodos, até a complexidade de alguns trabalhos, como a recomposição do telhado, todo ele feito sem que se pudesse mexer no rico forro pintado das Igrejas.

O próprio custeio das obras de restauração tem a participação decisiva da comunidade, através da Prefeitura Municipal e da Província Carmelitana, que dividem, em partes iguais com a SPHAN, o custo dos trabalhos. Igualmente importante, porém, é a posição da Prefeitura, através da Coordenadoria de Educação e Cultura. No Decreto nº. 701, aprovado em 7 de maio do ano passado, a prefeitura, estabeleceu normas a serem observadas na edificação, reforma, ampliação ou demolição a serem executadas em imóveis localizados na área compreendida num raio de 300 metros em torno dos prédios das Igrejas do Carmo. De acordo com o Decreto nº 701, qualquer projeto naquela área "somente será apreciado pela Municipalidade, uma vez que os mesmos estejam aprovados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT)"

PARTICIPAÇÃO

Também os estudantes de Mogi das Cruzes estão atentos ao patrimônio cultural da cidade. Em 14 de janeiro deste ano, os diretórios acadêmicos das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Mogi das Cruzes e da Federação das Faculdades "Bras Cubas" enviaram ofício à 8ª Diretoria Regional da SPHAN, em São

Paulo, denunciando a demolição de um prédio antigo, localizado a cerca de 150 metros das Igrejas do Carmo. Em resposta, o diretor da 8ª DR da SPHAN comunicou aos estudantes que, em correspondência anterior, alertou à Prefeitura Municipal sobre a necessidade de audiência prévia da SPHAN para qualquer obra nas proximidades da Igreja. E reafirmou a posição da Diretoria Regional da SPHAN de "somente aprovar na área, projetos que atendam as limitações dos gabaritos e alinhamentos predominantes, bem como padrões de arquitetura condizentes com a ambiência que se pretende preservar".

O entusiasmo pelos trabalhos de restauração das Igrejas é vivido, também, pelos operários qúe nela trabalham, alguns já há oito anos, como mestre Mário, marceneiro. Orgulhoso, ele recorda o trabalho que ele e seus companheiros tiveram logo no início da obra, quando ruiu uma das paredes laterais, derrubando dois altares e um



8ª DR/SPHAN

Mestre Mário: paciente trabalho de artesão

púlpito.

Mestre Mário conta que a parede ruiu devido a infiltração de água dos banheiros construidos no prédio ao lado das Igrejas. Com a queda, toda a talha em madeira dos dois altares e do púlpito se misturou aos escombros, dando a impressão de ser irrecuperável. Com muita paciência, num trabalho que levou mais de três meses, os operários peneiraram todo o material, equivalente a oito caminhões. Assim, puderam recuperar 90 por cento da talha original e, com ajuda de fotografias antigas, conseguiram recompor os altares e os púlpitos. Os dez por cento restantes foram reproduzidos integralmente por mestre Mário e seus companheiros, num trabalho considerado perfeito pelos técnicos.

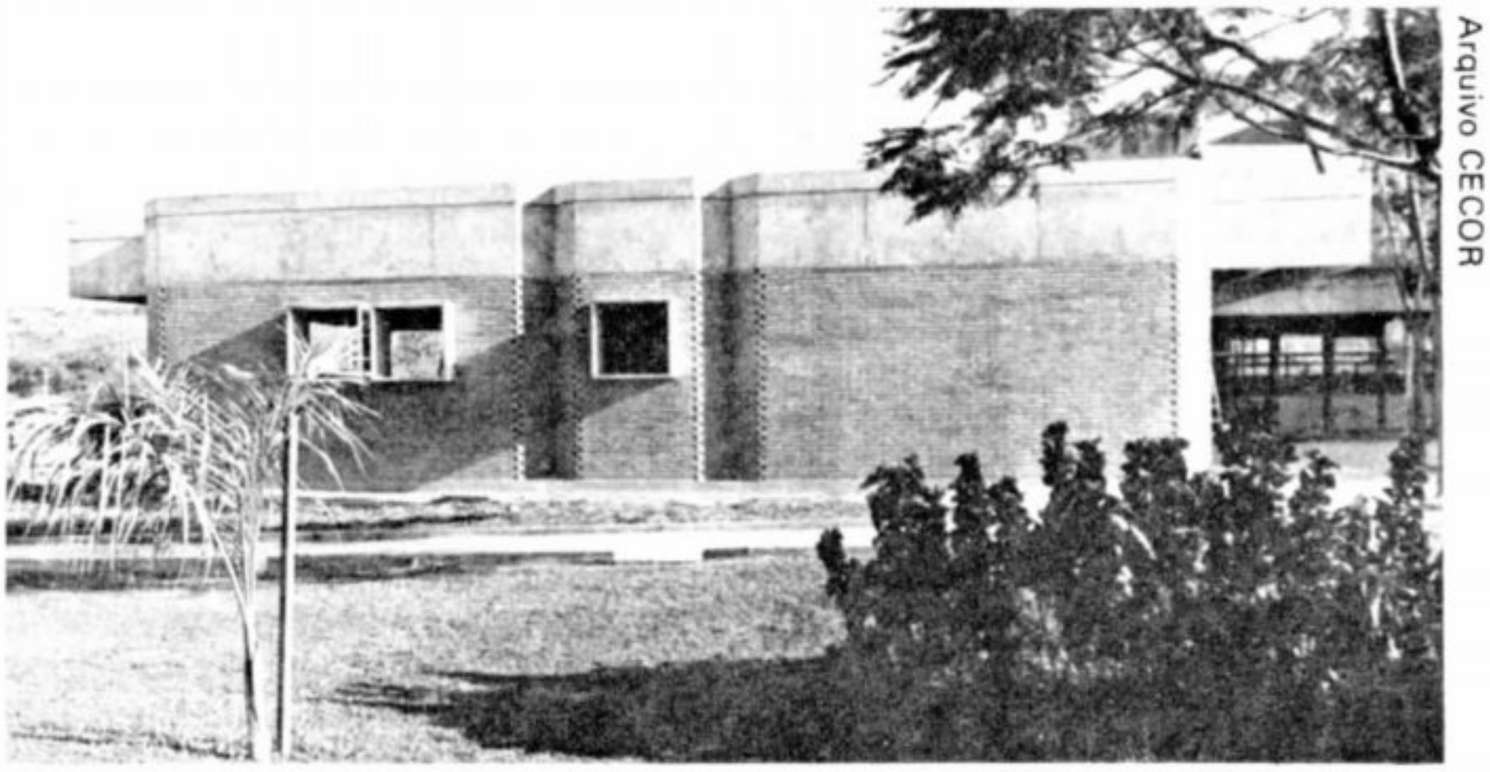
UFMG inaugura centro de restauração

Será inaugurado no próximo dia 5 de setembro, em Belo Horizonte, o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – CECOR, que se constitui em um programa do Conselho Departamental da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

O prédio, construído por força de convênio entre a Secretaria de Planejamentc da Presidência da República. através do Programa de Cidades Históricas, a UFMG e o IPHAN, situa-se como anexo daquela Escola, dentro do Campus Universitário, na Pampulha e foi orçado em três milhões de cruzeiros.

JUSTIFICATIVA DO CONVÊNIO

O trabalho do especialista em restauração exige não só extrema habilidade manual, mas também requer estudos profundos e específicos da obra de arte para que se identifiquem os materiais originais, os processos de degradação e deteriorizaçao, visando o estabelecimento das condições ideais para sua conservação. Além disso, estas pesquisas se fazem necessárias para a correta identificação de estilos individuais, regionais ou sociais, para a determinação precisa da época de criação da obra e sua avaliação a nível histórico e estético.

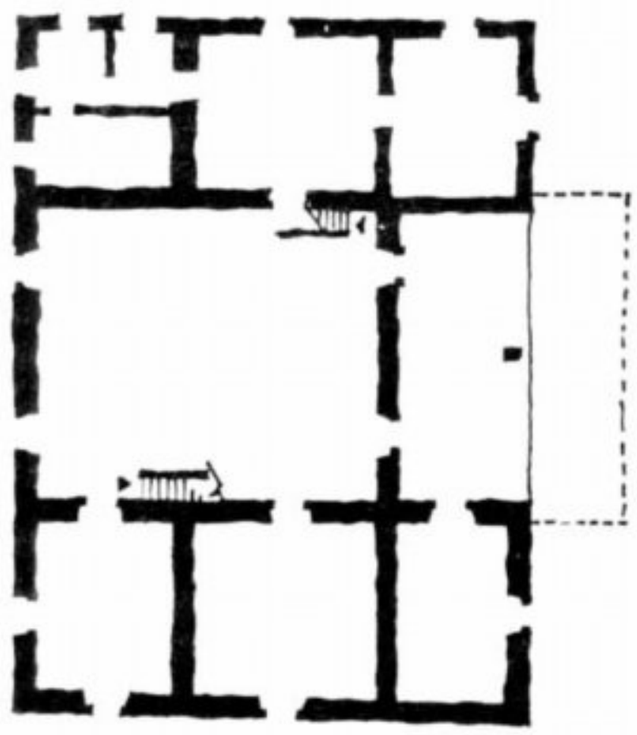


Arquivo CECOR

A inauguração do CECOR faz parte do 53º aniversário da UFMG

A experiência da Escola de Belas Artes da UFMG na área de conservação e restauração, somada à experiência da realização dos três primeiros cursos de especialização no assunto, também promovidos em convênio com a SPHAN/Pró-Memória, com a partícipação de especialistas da UNESCO, mostrou a necessidade da aplicação e do desenvolvimento destes estudos de maneira sistemática. Para isso se fazia necessário não apenas a criação de uma infra-estrutura física e material adequada como também um grupo permanente de especialistas dedicados à tarefa. Daí a proposição de se construir e implantar o CECOR.

Itaquaquecetuba



Na zona rural, mais uma casa bandeirista

Durante uma das viagens à região da Grande São Paulo, onde se realizam estudos e pesquisas desenvolvidos pela 8ª Diretoria Regional da SPHAN, com vistas à identificação dos bens culturais existentes na área sob sua jurisdição, técnicos daquela diretoria localizaram uma casa na zona rural do município de Itaquaquecetuba que, por suas características, parecia tratar-se de uma exemplar da arquitetura paulista dos primeiros séculos.

Animados com a descoberta, os técnicos da 8ª DR entraram em contato com os proprietários. Foram informados, então, que a casa, situada nas imediações do rio Tietê, pertence à família Townsend. Segundo informações prestadas pelo Sr. Edward D. Townsend, a propriedade foi adquirida em 1919 por seu pai, o Dr. Charles Townsed, entomologista norte americano que veio para o Brasil trabalhar em pesquisas científicas junto à Secretaria da Agricultura de São Paulo.

RESTAURAÇÃO

De acordo com informações dos atuais proprietários, descendentes de Charles Townsend, à época em que foi adquirida, a casa encontrava-se em ruinas. No entanto, as obras de reforma e adaptação empreendidas por Charles Townsend guardaram as principais características do prédio original.

Os primeiros levantamentos feitos pelos técnicos da 8ª DR revelaram que o partido arquitetônico da habitação caracteriza-se pela planta de três lanços e cobertura de duas águas, sustentadas por empenas de taipa de pilão. Na faixa fronteira, um alpendre central é ladeado por dois cômodos. Internamente, nos lanços da extremidades, cômodos ou camarinhas se abrem para um amplo salão central. As camarinhas internas são encimadas por um piso de sobrado, com acessos independentes.

Segundo os técnicos, tais características se enquadram na solução típica da arquitetura paulista dos primeiros séculos, as chamadas casas bandeiristas, que mereceram estudos pioneiros do arquiteto Luís Saia.

PESQUISAS

Em busca de informações mais precisas quanto à história da casa, a 8ª Diretoria realizou pesquisa preliminar em arquivos. Na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo foram consultadas os censos de população mais antigos de Mogi das Cruzes, município matriz de Itaquaquecetuba, tendo em vista evidenciar os possíveis primeiros proprietários. Nos dados obtidos destacou-se, por sua posse, o nome de Antônio da Cunha Gago, morador do bairro da Capela de N.S. da Ajuda de Itaquaquecetuba (aldeia de índios administrada por franciscanos), no ano de 1765.

O mesmo nome foi procurado nos arquivos cartoriais de Mogi das Cruzes, tendo sido encontrado seu testamento e inventário datados respectivamente de 1767 e de 1768. Nos bens descritos no inventário constam: "...cazas novas de taypa de pilam de três lanços, cubertas de telhas, e bens madeyramentos pregados com pregos, com suas camarinhas de parte a parte do Salam, e seos sobrados, que serve de ferro a elas, e com nove portas e suas feyxaduras, e huma porta sem chave e dous almarios em huma das camarinhas da parte direyta, sem chave, e feixaduras, sinco janelas, e huma cozinha de taypa de pilam coberta de telha com sua porta sem feyxadura, e janela, amurada a roda; e asim mais hum lanço de cazas de parede de mão, com sua porta, e feyxadura cobertas de telha, ja velha ao pe da caza grande..."

Foram também verificados os inventários de outros moradores indícados no censo de 1765, preliminarmente os mais próximos à propriedade de Cunha Gago. Desse modo, segundo os técnicos da 8ª Diretoria Regional da SPHAN, abriu-se a possibilidade de bem documentar e compreender a construção do imóvel localizado em Itaquaquecetuba e obteve-se uma primeira idéia do programa de vida dessa zona rural: a função dos sítios, seus equipamentos de morar e produzir.



Bem conservada, a casa ganhou uma varanda inexistente na original

Colóquio do Icomos reune 200 técnicos em Salvador

Quase 200 pessoas participaram em Salvador (BA) do Colóquio sobre Revitalização dos Centros Históricos e Participação da Comunidade, organizado pelo comitê brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).
Realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de julho, o Colóquio contou com o apoio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró Memória e da administração estadual da Bahia, através da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural.
O temário foi dividido em três partes:
1) planejamento de conservação, restauração e revitalização dos Centros Históricos no âmbito do Planejamento Urbano – metologia, abrangência, compromisso da administração local – relatado pelo arquiteto Paulo David Ormindo de Azevedo;
2) Implantação dos planos de conservação, restauração e revitalização – cooperação dos diferentes níveis administrativos e da comunidade – viabilização econômica e legal dos planos, inclusive dos sistemas de financiamento de infraestrutura e de planejamento de habitação - relatado pelo arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lyra;
3) Relacionamento da comunidade local e sua participação na conservação, restauração e revitalização dos centros históricos – sistemas de informação e de divulgação – relatado pelo arquiteto Alex Nicolaeff.
Ao final do Colóquio foi aprovado um documento contendo as recomendações aprovadas durante o encontro. Esse documento foi encaminhado às autoridades e entidades que cuidam da proteção aos bens culturais.

O DOCUMENTO

Considerações preliminares:

1. A paisagem natural e edificada, bem como as manifestações culturais, fazem parte do contexto das cidades, constituindo-se sua preservação tarefa pertinente ao planejamento urbano;

2. O planejamento urbano, não se limitando ao plano – que se constitue apenas em um documento referencial – deve ser um processo de organização do espaço e disciplinamento do uso do solo urbano de caráter contínuo e permanente;

3. É condição básica para o desencadeamento do processo de planejamento urbano a interação dos técnicos de planejamento com a população, em todos os níveis do processo decisório;

4. O processo de planejamento deve estar alicerçado sobre um conhecimento preciso dos mecanismos que deram origem e continuam atuando na estruturação dos espaços urbanos e das áreas históricas em particular;

5. A divulgação e a informação sobre a importância do patrimônio cultural através de todos os meios de comunicação se constitue em um instrumento fundamental para a preservação da identidade brasileira;

6. As condições peculiares do Brasil induzem a uma metodologia própria no campo da preservação de bens culturais, que deverá ser alicerçada na experiência atual, devendo-se levar em conta, como referencial, a vivência internacional, notadamente a européia.

Propostas:
No campo metodológico:

1. Seja adotada, através de lei, em todo trabalho de planejamento municipal, a preservação e valorização cultural abrangendo a paisagem, natural e edificada, e as manifestações culturais;

2. Seja verificada a adequação das medidas propostas em planos de desenvolvimento municipal, com relação às áreas de interesse cultural;

3. Na preservação dos conjuntos urbanos e das edificações seja dada aos mesmos, preferencialmente, uma destinação de uso similar à original. No caso de inviabilidade, seja procurada uma destinação compatível com o caráter da edificação;

4. Na realização destes trabalhos deverão ser descartadas todas as operações que resultem na expulsão direta ou indireta dos atuais habitantes dos bairros;

5. O estudo da tipologia urbana e arquitetônica das cidades, com base em inventários, se constitua em um dos referenciais básicos para as medidas de intervenção;
No campo da instrumentação legal e financeira:

6. Seja estabelecido um mecanismo fiscal para benefício da pessoas jurídicas ou físicas que aplicarem recursos na preservação de bens culturais, através da Secretaria da Receita Federal e outros órgãos de âmbito estadual e municipal;

7. Sejam criados mecanismos de financiamento através do Banco Nacional da Habitação para aplicação em conjuntos históricos visando primordialmente ao atendimento a programas de caráter habitacional, de infraestrutura e de equipamentação comunitária, objetivando a permanência e o bem estar da população que neles reside;

8. Seja solicitado dos mecanismos existentes de financiamento da área de planejamento urbano (CNDU, EBTU, FINEP e FIPLAN) um incremento à valorização dos núcleos históricos;

9. Seja a atividade turística entendida como uma das alternativas de revitalização dos núcleos debilitados, desde que compatibilizada com medidas de preservação do acervo cultural e natural, bem como medidas de desenvolvimento comunitário;
No campo da participação da comunidade:

10. Desde o início, o planejamento seja feito com a participação da população local, incentivando-se as mais variadas formas de organização da mesma, no sentido de lutar pela resolução de seus problemas básicos;

11. Sejam criados sistemas de divulgação visando principalmente os moradores das áreas em que se situam os bens culturais;

12. Seja incentivada a formação, em âmbito municipal, de Associações e de Conselhos para a defesa do patrimênio cultural, manifestando apoio ao trabalho realizado pela APPANDE (Associação Amigos de Petrópolis, Patrimônio e Defesa da Ecologia) e entidades afins;

13. Seja sensibilizado o empresariado, principalmente aquelas empresas que operam nas áreas onde existam bens culturais, para participar na defesa desses bens;
Medidas diversas:

14. O ensino profissionalizante dê especial atenção para a formação de mão-de-obra especializada no campo da restauração, através de cursos para mestres artesãos e técnicos;

15. A SPHAN mantenha um representante em cada cidade onde haja um acervo histórico expressivo;

16. A SPHAN e os órgãos estaduais congêneres procurem maior articulação com os órgãos de planejamento estadual e municipal, tentando obter com esses, em seus programas, um direcionamento único dos trabalhos, no sentido de traçar uma política de preservação como elemento orientador das questões relativas ao uso do solo.

Novos tombamentos: Direito do Recife e Mucugê

O prédio da Faculdade de Direito do Recife e o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Mucugê, na Bahia, foram tombados pelo Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em reunião realizada no dia 21 de julho, no Rio de Janeiro.

O Secretário do Patrimônio e presidente do Conselho, professor Aloísio Magalhães, ao iniciar os trabalhos da 92a reunião, comunicou aos demais Conselheiros que, graças à atenção do Ministro Eduardo Portella, estão absolutamente atualizados os processos de tombamento encaminhados ao Ministério da Educação e Cultura para homologação.

Informou que o Ministro Eduardo Portella já havia homologado os processos de tombamentos aprovados na reunião anterior, referentes ao acervo do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, ao prédio do Asilo D. Pedro II, em Salvador (BA), e à extensão do tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Koeler, em Petrópolis (RJ).

A REUNIÃO

À 92ª reunião estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Edson Motta, diretor do Museu Nacional de Belas Artes; Gerardo Britto Raposo da Câmara, diretor do Museu Histórico Nacional; Dora Maria Pereira Rego Correia, representante do Diretor do Museu Imperial; Américo Jacobina Lacombe, presidente da Fundação Casa de Ruy Barbosa; Pedro Calmon; Max Justo Guedes; Gilberto Ferrez; Paulo Ferreira Santos; Alfredo Galvão; Afonso Arinos de Mello Franco e Cyro Ilídio Correa de Oliveira Lyra. Não compareceram, por motivos justificados, os Conselheiros Luiz Emygdio de Melo Filho e José Ephin Mindlin.

Depois das comunicações do professor Aloísio Magalhães, foi colocado em discussão o processo referente ao tombamento do prédio da Faculdade de Direito do Recife, relatado pelo Conselheiro Afonso Arinos de Mello Franco. Antes de iniciar a leitura de seu parecer, o relator referiu-se ao trabalho de autoria do professor Paulo Santos, que lhe havia sido encaminhado por Lygia Martins Costa, diretora da Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento da SPHAN. O trabalho, que tem por título "A Arquitetura do Edifício da Faculdade de Direito do Recife", foi muito elogiado pelo Conselheiro Afonso Arinos, que informou ter retirado dele muitos subsídios para o seu trabalho de relator.

DOMINAÇÃO

– Seria desnecessária qualquer justificativa em favor do tombamento do majestoso edifício da gloriosa Faculdade de Direito do Recife, não fosse o empenho, e até o dever do relator, de prestar modesta homenagem a um dos centros fundamentais da cultura brasileira, na amplidão dos seus aspectos científico, literário, político, histórico e biográfico. Nenhuma outra

Na opinião de Paulo Santos, o prédio da Faculdade de Direito do Recife "pode ser considerado, para a História da Arquitetura no Brasil, como um dos mais completos campos de batalha entre as estruturas de alvenaria, num último esforço de sobrevivência, e as estruturas de ferro que não vislumbravam o papel que representavam para a implantação de uma nova Arquitetura".
De acordo com informação dos técnicos da 3ª Diretoria Regional da SPHAN, em Recife, "a primeira pedra do edifício da Faculdade foi lançada pelo Conde d'Eu, em 1889.
Os trabalhos do atual edifício demoraram muito, até que, em 1911, foi possível ocupá-lo, embora só em 12/04/1912, se declarasse em funcionamento oficial. O atual edifício é, pois, uma construção do início deste século, na altura em que, depois de ter passado a época do Neoclassicismo e o Imperialismo Napoleônico, ainda não se tinham definido as linhas mestras da construção moderna e, romanticamente, se iam copiando os palácios franceses e angsburgnianos, embora já com estruturas de ferro, fruto da revolução industrial".



Arquivo SPHAN

instituição nacional supera, nem talvez ombreia, nesses terrenos, com o tríptico representado pela Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito de São Paulo e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".

Com esta afirmação, o Conselheiro Afonso Arinos inicia o seu parecer favorável ao tombamento proposto, para em seguida relembrar nomes de diversos estudiosos que se dedicaram às Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. E afirma: "Só a literatura sobre as duas faculdades é um monumento da nossa historiografia".

Em seguida, o relator fez um breve histórico sobre a Faculdade de Direito do Recife e destacou a necessidade de obras urgentes de reparação do prédio, concluindo:

"– A década de 1970–1980 foi, no Brasil, dominada, no quadro das Ciências Sociais, pela Economia. O Direito ficou, notória e lamentavelmente esquecido. Os resultados dessa situação para o país podem ser discutidos, embora não pretenda eu fazê-lo aqui. Desejo somente consignar que pequena parte das verbas com que se levantam palácios para bancos e empresas econômicas do Estado, nas lonjuras do Planalto, poderia muito servir para evitar a degradação material das Casas de Direito"

CONJUNTO

Depois de votado e aprovado por unânimidade o tombamento do prédio da Faculdade de Direito do Recife, o Conselho passou a analisar a proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Mucugê, na Bahia, processo relatado pelo Conselheiro Cyro Correa de Oliveira Lyra.

O relator iniou o seu parecer com um breve histórico de como teve início o processo de tombamento. Logo em seguida, explicou:

"– A ameaça de perda de dois prédios importantes, alertada pelo Diretor Regional, devia-se ao fato de que o Banco do Brasil os havia adquirido com a finalidade de demolição e posterior edificação da sede e residência do gerente. Não havendo amparo legal para o órgão impedir a destruição desses sobrados, o então diretor do IPHAN encaminhou à presidência do Banco do Brasil sugestão de restauração e adaptação daqueles imóveis para as necessidades previstas. A anuência por parte do Banco do Brasil ao pedido do IPHAN afastou o perigo".

Depois de fazer referência aos pareceres favoráveis ao tombamento por parte da assessoria técnica da SPHAN, o relator manifesta-se a favor do tombamento, propondo a inclusão, na área da tombada, do cemitério de Mucugê, por suas particularidades. Sugeriu, ainda, como medidas de caráter complementar, a realização de levantamento aerofotogramétrico do conjunto para permitir a obtenção de dados mais precisos que possibilitem a delimitação da área tombada. Colocado em votação, o parecer do relator foi aprovado por unânimidade.

QUADRO E MISSÕES

O Conselho Consultivo da SPHAN aprovou, ainda, o pedido de autorização, encaminhado pelo Diretor do Museu de Arte de São Paulo Pietro Maria Bardi, para saída do país da tela "Paisagem de Drinkstone Park", de autoria de Thomas Gainsborugh. Condicionou a autorização, no entanto, à interveniência do Ministério das Relações Exteriores e à fixação de um prazo para devolução da tela, que deverá integrar a exposição comemorativa sobre a vida e obra do autor, a ser realizada de 7 de outubro a 14 de dezembro de 1980, em Londres.

Finalizando a reunião, os Conselheiros Max Justo Guedes e Cyro Correa de Oliveira Lyra fizeram uma explanação sobre as Missões Jesuíticas, principalmente as de São Miguel, destacando a necessidade de obras de consolidação das ruinas. O professor Aloísio Magalhães informou, então, que a SPHAN já havia solicitado à UNESCO a presença de um técnico para estudar o assunto e que nos próximos dias chegaria ao Brasil o professor Roberto Di Stefano, consultor daquele organismo.

A cidade de Mucugê está localizada no vale do rio do mesmo nome, contornada por serras pedregosas, praticamente sem vegetação. Distante 301 quilômetros, em linha reta, de Salvador, no rumo Oeste, a povoação de Mucugê surgiu em meados do século XIX. A sua atual denominação de Mucugê data de 23 de agosto de 1917 e a cidade, hoje, ocupa uma área de 44 hectares e possue 355 prédios urbanos, estando quase que integralmente conservada. Seu acervo é constituido de sobrados da segunda metade do século XIX, duas igrejas e um interessante cemitério edificado na encosta de uma colina. Devido ao seu isolamento e difícil acesso a cidade se conservou melhor que Rio das Contas, Lençóis e Andaraí, outros importantes conjuntos urbanos da Chapada Diamantina.



Arquivo SPHAN

SPHAN 7
*pró*Memória

Os monumentos e seus entornos

A insuficiência da legislação brasileira com relação às normas para proteção do entorno de bens tombados é um dos aspectos abordados pelo arquiteto José de Souza Reis nesta entrevista em que ele defende a necessidade de adoção de procedimentos mais eficazes para a defesa das áreas adjacentes aos monumentos. Inspirado na situação que se verifica na França, José de Souza Reis sugere que, ao se reformular a legislação brasileira de proteção ao patrimônio, seja incluido um dispositivo que estabeleça o "tombamento complementar" para o entorno dos monumentos históricos.

Qual a importância de se proteger o entorno dos bens tombados?

A proteção ao entorno dos bens tombados é **fundamental** e já o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 deu os primeiros passos no sentido de obtê-la ao determinar no Art. 18 do Capítulo III – "**Dos efeitos do tombamento**" – que "Sem prévia autorização da SPHAN não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandado destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto".

Acontece que o conceito de visibilidade é muito relativo e a prática foi mostrando a necessidade de uma proteção mais ampla e efetiva do que a de simples **impedimento** ou **redução** da visibilidade, com a evolução daquele conceito para o que se poderá chamar de **ambiência, visibilidade no espaço e no tempo, simultânea, de fora e para fora** etc.

O fato é que nunca se pode considerar a edificação tombada **isoladamente**. Ela existe dentro de um contexto que lhe poderá ser favorável, simplesmente paisagístico, ou valorizando-a, conferindo-lhe **evidência** na justa medida de sua feição característica, ou então prejudicando-a de vários modos e diferentes graus, através de novas construções de volumetria exagerada ou simplesmente de características arquitetônicas extravagantes ou inadequadas à visão conjunta com o monumento considerado.

A legislação brasileira de proteção ao patrimônio cultural é eficaz na proteção ao entorno dos bens tombados?

Ela tem-se mostrado **insuficiente**, pois mesmo atendida a determinação do Art. 18 do Decreto-lei nº 25, para que não seja **impedida** ou **reduzida** a visibilidade de um bem tombado pelas novas construções a serem erigidas na respectiva vizinhança, isto não é bastante para obstar **taxativamente** que essas edificações venham a prejudicar a ambiência à volta do mesmo, seja por inadequação de sua arquitetura, seja pelas condições de implantação e taxa de ocupação do solo ou pelo gabarito de altura, volumetria etc., modificando desfavoravelmente as relações de escala e proporções do conjunto arquitetônico e paisagístico existente. Assim, a prévia autorização da SPHAN irá depender do atendimento a uma grande variedade de aspectos, havendo ainda a considerar a impraticabilidade da adoção de critérios uniformes dada a imensa diversidade com que se apresentam os diferentes casos que passam a exigir soluções específicas, quase como que sob medida para cada um.

Entretanto, felizmente para nós, já tem ocorrido jurisprudência firmada em que têm sido considerados esses aspectos mais diversificados que caracterizam o entorno dos bens tombados.

Face às experiências de outros países, com a França, o que poderia ser adaptado à situação brasileira?

Na França, a legislação protetora dos bens culturais vem evoluindo sempre desde 1913, data da primeira lei sobre os monumentos históricos; em 1930 a lei relativa à proteçao dos monumentos naturais e dos locais de caráter artístico, histórico, científico, lendário ou pitoresco; em 1962 a lei sobre os setores preservados (lei Malraux); e em 1976 e 1977 uma série de textos bastante completos destinados a favorecer a restauração imobiliária nos centros urbanos antigos. É o que nos informa o **relatório Jean-Bernard Perrin**, eminente técnico que aqui presidiu, tempos atrás, a um seminário sobre o assunto.

Entretanto, reconhece aquela autoridade que essa legislação tornou-se possível graças a uma determinada organização administrativa cada vez mais descentralizada e que, provavelmente, ainda não seria aplicável em nosso país. E o fato é que cada nação apresenta características próprias, o que torna por vezes impraticável a simples transposição de medidas de proteção ao patrimônio cultural respectivo.

Nota-se que toda essa legislação francesa, desde a lei de 1913, que obedeceu a um primeiro recenseamento estabelecido desde 1887 e completado em 1900, continua em pleno vigor e **ainda hoje a lista dos monumentos históricos franceses tombados continua a crescer**.

Uma característica importante da legislação francesa para a proteção do entorno dos monumentos históricos é a que se lê no livro de Robert Brichet, "**Le régime des monuments historiques en France**" à pg. 102:

"Em virtude da Lei de 25 de fevereiro de 1943 (Art. 13 bis nova da Carta dos Monumentos Históricos) nenhuma construção nova, nenhuma transformação ou modificação de natureza a afetar um imóvel pode ser efetuada sem autorização, se esse imóvel se encontrar no campo de visibilidade de um imóvel classificado ou inscrito. Considera-se como estando no interior do campo de visibilidade de um imóvel protegido, todo o imóvel, edificado ou não, visível desde o imóvel protegido ou visível ao mesmo tempo que ele e situado num raio de 500 m" (tradução livre do texto original em francês).*

Já houve tentativa por parte do arquiteto Renato Soeiro durante sua gestão à frente do IPHAN para dotarnos de dispositivo legal semelhante, mas tenho dúvida quando à possibili-

dade de uma medida assim rigorosa em cidades como o nosso Rio, por exemplo, onde um raio de 1/2 quilômetro em torno de monumentos localizados na zona central urbana iria colocar sob a jurisdição da SPHAN toda essa malha densamente construida, obrigando-nos a funcionar quase como uma sub-prefeitura.

Mas, por outro lado, poderíamos certamente, ao reformular a nossa legislação protetora, inspirar-nos em outros dispositivos da legislação francesa como, por exemplo, aquele que estabelece como que um **tombamento complementar** para o entorno dos monumentos históricos, constituindo o que lhes chamam de "**maisons d'accompagnement**", destinadas a manter o "décor" permanente do monumento, o cenário adequado às relações de escala e característicos arquitetônicos com o mesmo.

A proteção dos entornos deve ser uma atribuição exclusiva da SPHAN?

Pelo contrário, exatamente pelo que ficou dito na resposta anterior, a densa malha urbana, nas nossas maiores cidades, como o Rio, impede que a SPHAN tome a si toda a responsabilidade dessa proteção ambiental dos monumentos históricos.

Isto leva-nos a considerar a quase impraticabilidade dessa proteção sem a existência efetiva e atuante de escritórios oficiais de **planejamento urbano**, a exemplo do que já se tentou aqui no Rio com o Plano Agache e mais recentemente com o Plano Doxíades, logo engavetado, provavelmente por razões políticas e interesses do poder econômico.

É a desenfreada exploração imobiliária que vem trazendo a progressiva degradação urbana nas grandes cidades, atingindo paisagens, monumentos e conjuntos arquitetônicos tradicionais através de sucessivos decretos legislativos ao sabor do interesse capitalista e dos quais vão resultando verdadeiras muralhas de edifícios com exagerados gabaritos de altura para prédios encostados às divisas laterais dos lotes.

Tudo indica que somente através de escritórios centrais responsáveis por planos urbanísticos locais poder-se-á resguardar as condições de ambiência ainda existentes nas maiores cidades brasileiras tanto quanto aos aspectos paisagísticos como àqueles de preservação de entornos dos monumentos históricos, estabelecido o necessário intercâmbio com a SPHAN e os demais órgãos culturais de Estado e Municípios.

A igreja do Outeiro da Glória, no Rio, costuma ser apontada como exemplo eficaz de entorno adequadamente protegido. Como se conseguiu isto?

A proteção do Outeiro e da Igreja da Glória, no Rio, deve-se a uma luta tenaz e contínua do IPHAN com o citado poder econômico que durante cerca de 20 anos assediou-nos com os mais insistentes pedidos para construções de gabaritos elevados na orla do Outeiro que, se fossem permitidas, iriam encobrir Outeiro e Igreja tal como acha-se encoberto hoje o Morro da Viúva. Mas é preciso destacar que a vitória final no caso deve-se à total cooperação do arquiteto Afonso Reidy que, numa de suas gestões à frente da Diretoria de Urbanismo da Prefeitura Municipal, fez aprovar o PA (projeto de alinhamento) definitivo para aquela área, determinando uma cota de nível fixo para a construções nas encostas do Outeiro de modo a que não possam atingir o nível da rua que circunda o Adro da Igreja, garantindo assim as condições de visibilidade do monumento tombado.

Nos casos de entornos já degradados a única solução seria a demolição dos elementos perturbadores?

Isto dependerá, evidentemente, do tipo de degradação existente, já que muitas vezes, seja pelo não cumprimento da lei federal por parte dos órgãos municipais, seja por falha de apreciação de nossa parte, isto é, do órgão técnico do IPHAN, criaram-se obstáculos praticamente irremovíveis para a defesa efetiva de alguns entornos prejudicados.

Assim, resta-nos olhar para a frente e procurar cada vez mais incutir no espírito de nossos técnicos e principalmente nos que trabalham em instituições congêneres dos estados e municípios dos conceitos mais atuais de preservação dos bens culturais e, por outro lado, organizar uma campanha de esclarecimento público em geral e dos órgãos de governo em particular para a obrigatoriedade de estabelecer-se Planejamentos Urbanísticos para as cidades brasileiras a fim de que elas deixem de crescer reguladas por simples decretos municipais, numa seqüência contínua a critério de cada equipe dirigente que assume o poder local, mas, sim, ordenadamente, e atendendo às necessidades fundamentais de preservação de sua peculiar ambiência paisagística, sua ecologia, seus monumentos naturais e arquitetônicos, enfim toda a sua herança cultural e histórica.

** En vertu de la loi du février 1943 (art. 13 bis nouveau de la Charte des Monuments Historiques) aucune construction nouvelle, aucune transformation ou modification de nature a affecter un immeuble ne peut être effectueé sans autorisation, si cet immeuble se trouve dans le champ de visibilité d'une immeuble classé ou inscrit... Est considéré comme étant dans le champ de visibilité d'un immeuble protégé tout autre immeuble, nu ou bâti, visible depuis l'immeuble protégé ou visible en même temps que lui et situé dans un rayon de cinq cent mètres".*

CAJU E TRÓPICO: SEMINÁRIO EM NATAL OUVE A PRÓ MEMÓRIA

"O caju no contexto cultural brasileiro", "Programa para o estudo multidisciplinar do caju" e "O estudo do vinho de caju como tecnologia patrimonial" foram os temas apresentados por técnicos da Fundação Nacional Pró-Memória no Seminário de Tropicologia realizado na cidade de Natal.

O Seminário foi uma iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contando com a colaboração da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais que o organizou e vem promovendo há quinze anos na cidade de Recife.

A existência do Seminário se justifica pelo fato de o Brasil possuir a maior área intertropical em um mesmo país, com características próprias de vida e cultura, bastante diversas das encontradas nas regiões temperadas e frias do mundo; lembrando-se ainda que na faixa intertropical é onde se localizam os países do chamado Terceiro Mundo e onde se verificam os mais elevados índices de pobreza.

Este ano o tema geral foi "Caju e Trópicos", uma escolha que, segundo os organizadores, não é casual, pois "seu significado transcende à simples especulação sobre um tipo de planta nativa do Nordeste brasileiro que, levada para outras regiões tropicais, como a África e a Índia, aclimatou-se de modo a tornar-se uma cultura importante para aquelas regiões. Mais do que isto, existem relações que podem ser especuladas e analisadas, de modo a compreender de forma mais efetiva a sua importância".

"Não se pode ignorar – dizem ainda – que, apesar de ser planta nativa do Brasil, não detemos nenhuma das mais de três centenas de patentes registradas para o seu aproveitamento. Tem, portanto, o caju muito a ver com o contexto brasileiro e, principalmente, nordestino, na medida em que reflete, de uma forma bastante expressiva, uma série de situações típicas de nossa condição terceiro mundista, dependente dos grandes centros geradores de tecnologia e conhecimentos, ou mesmo das regiões economicamente mais ativas dentro do próprio país."

A Fundação Nacional Pró-Memória, representada pelo seu Presidente, professor Aloísio Magalhães, e pelos pesquisadores Clara de Andrade Alvim e Mário Edson de Andrade, apresentou sua visão sobre o tema, obtida através de pesquisa intensiva e sistemática que vem realizando desde o Centro Nacional de Referência Cultural, destacando-se o trabalho sobre a fábrica de vinho de caju Tito, Silva e Cia., localizada em João Pessoa, PB.

INICIADO O QUINTO CURSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA CULTURAL

O "V Curso Interamericano sobre Política e Administração Cultural: Investigação e Promoção de Desenvolvimento Cultural Municipal" está sendo realizado a partir deste dia 15 de setembro, numa promoção conjunta da OEA – Organização dos Estados Americanos, SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, SUBIN – Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de planejamento e IBC – Instituto Boliviano de Cultura.

Durante três meses os trinta participantes do curso estarão envolvidos na tarefa de compreender melhor os problemas de preservação do patrimônio cultural, o papel do artesanato e da cultura popular tradicional, os problemas de promoção turística, de casas de cultura e de investigação cultural e promoção da expressão cultural local.

O foco de treinamento, investigação e estudo intensivo se efetuará através de uma série de visitas às comunidades, a fim de propiciar aos participantes um envolvimento direto e efetivo com a problemática a ser estudada. Assim, depois de uma semana introdutória, em Brasília, os participantes estarão nas cidades de Alcântara, MA, Tracunhaém, PE, Ouro Preto, MG e Parati, RJ.

Os participantes, todos profissionais trabalhando no campo da administração e promoção cultural ou no de formulação de políticas de desenvolvimento cultural e comunitário, são dez brasileiros, oito bolivianos, quatro equatorianos, quatro paraguaios e quatro peruanos.

Esse programa de treinamento em investigação e administração foi projetado como uma abordagem compreensiva para a resolução de problemas de desenvolvimento sócio-cultural na América Latina, levando em conta que programas semelhantes anteriores identificaram a promoção da identidade cultural ao nível municipal, em face de mudanças drásticas, como o problema mais importante e frequente.

EXPOSIÇÃO E DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO DE CUIABÁ E MATO GROSSO

De 8 a 20 de julho passado realizou-se, no espaço do Centro de Criatividade da Fundação Cultural do Distrito Federal, uma exposição intitulada "Cuiabá: A Cidade – A Fotografia a Serviço da História". Somando-se ao evento, promoveu-se no auditório da Fundação Nacional Pró-Memória, em Brasília, a mesa redonda "Cuiabá e o Patrimônio Cultural do Mato Grosso", tema apresentado por Carlos Rosa, da Prefeitura Municipal de Cuiabá e Julio De La Mônica, da Universidade Federal do Mato Grosso.

A exposição, com fotos originais de hoje, fruto do trabalho de documentação realizado pelos dois órgãos e reproduções de fotografias e material iconográfico antigo, recolhido no Estado, compõe um panorama visual das transformações vividas em 261 anos de história pelo mais interiorizado núcleo urbano da América do Sul. Conta com 120 imagens que são parte do acervo de dois mil documentos iconográficos reunidos pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Cuiabá, nos últimos quatro anos. Entre eles, vale ressaltar, a proposta de revitalização do centro histórico de Cuiabá, formulada pelo arquiteto Estévão Alves Correa e carta topográfica datada de 1720.

A mesa redonda, que contou com a participação de Aloísio Magalhães, do arquiteto Muhdi John Koosah, da Universidade de Brasília e técnicos e pesquisadores dos vários projetos da Fundação Nacional Pró-Memória e da 7ª DR da SPHAN, foi um amplo debate sobre as várias questões que se apresentam na área da preservação, restauração e revitalização de bem cultural vividas a nível do Estado ou dos municípios matogrossenses.

LIVROS E TESES

MEE, Margaret – **Flores do Amazonas – Flowers of the Amazon**, Rio, Editora Record, 1980.

Registramos o aparecimento de **Flores do Amazonas**, álbum de excepcional qualidade gráfica, retratando, através de desenhos, exemplares da flora amazônica. Esta amostra de 24 pranchas permite avaliar a importância do trabalho de Margaret Mee, quer do ponto de vista artístico e de documentação, quer do ponto de vista da botânica.

Além disto, seus desenhos revelam a mais profunda "paixão pela natureza", como diz Roberto Burle Marx em seu prefácio à obra. A introdução é assinada por Richard Evans Schulters, diretor do Museu Botânico de Harvard e os textos técnicos de botânica são de autoria de Guido Pabst, diretor do Herbário Bradeanum, do Rio.

Flores do Amazonas foi publicado graças ao apoio da Embratur – Empresa Brasileira de Turismo, contando ainda com a colaboração da Academia de Ciências do Rio de Janeiro e do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

ASKAR, Jorge Abdo – **Studio di restauro e sistemazione del Palazzo Santa Croce poi Altieri in Oriolo Romano** (Estudo de restauração e agenciamento do Palácio Santa Croce depois Altieri em Oriolo Romano), tese de doutorado do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma – Scuola di Perfezionamento per lo Studio ed il restauro dei Monumenti – 1978. O autor, arquiteto pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, foi bolsista da CAPES de janeiro de 75 a julho de 1978.

O autor parte do estudo da "cidade ideal" do Renascimento, confrontando as concepções de filósofos, políticos, arquitetos e utopistas que mais influíram para sua teorização e chega às causas da falência das cidades ideais dos quatrocentos.

Em seguida parte para a análise do racionalismo urbanístico da 1ª metade dos '500 e enquadra a fundação de Oriolo Romano como fenômeno urbanístico do maneirismo, dentro do quadro da renovação urbana da zona "Lazio-Viterbese", em conexão com a prosperidade e consolidação do feudalismo pontifício e dos principados nesta zona. Da análise do plano urbano faz-se uma crítica da novidade da morfologia da sua implantação. O modelo de Oriolo é confrontado com esquemas de centros da mesma zona. São descritos e analisados os "Contratos e estatutos entre senhores (Giorgio III Santa Groce) e feudatários", assim como a "base econômica e premissa social do novo núcleo urbano". Das notícias de documentos concernentes à implantação do corpo original do Palácio Santa Croce (1578–1585) são analisados seus caracteres maneirísticos, e da leitura morfológica crítica chega-se à descrição do seu circuito interior.

Das quatro indicações sobre o possível arquiteto do Palácio foram descartados Iacopo da Vignola, Ottaviano Mascherino e Domenico Bianchi, atendo-se à figura de Martino Longhi, através de confrontos estilísticos encontrados em obras de cada um dos mencionados arquitetos.

A partir de 1671 todo o feudo de Viano (incluindo Oriolo) é vendido para a família Altieri.

Dos anos de pontificado de Clemente X, são arroladas as obras realizadas a mando do sobrinho D. Gaspare. Essas obras incluíam acréscimos no Palácio, idealizadas e dirigidas pelo arquiteto Carlo Fontana e outras para utilidade pública da população de Oriolo. Mais tarde trabalhou em Oriolo o arquiteto Giuseppe Barberi (1736 –1806).

A nova destinação de uso: "Centro de seminários de estudo e de atualização para os funcionários da Administração dos Bens Culturais", inclui em seu programa alojamentos para professores e alunos, biblioteca, refeitório, centro audio-visual e auditório. Para o corpo central e ala direita o projeto prevê uma pinacoteca regional ocupando o 1º e 2º níveis. O corpo central tem seu terceiro nível destinado a uma série de salas para exposições temporárias, com serviço de bar, e o quarto nível ocupado por escritórios administrativos e alojamentos para vigilantes.

CARTAS

SÃO MIGUEL

"...e sobretudo na estabilização das ruínas de São Miguel. Queira o bom Deus que a Fundação de Ciência e Tecnologia do nosso Estado com a maior brevidade venha apresentar laudo técnico solicitado pela SPHAN." Henrique Carlos de Morais – Pelotas – RS.

NR – A propósito de São Miguel, veja matéria nesta mesma edição de SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA.

ILUSTRAÇÕES

"...temos interesse em acervos de ilustrações, gravuras, enfim de trabalhos em base de papel sobre incorporação, preservação, manuseio, direitos autorais para reprodução, restauração, etc."
Carmem Sylvia Zocchio Fidalgo – Instituto de Botânica – São Paulo–SP

NR – Enviaremos por correio as referências de que dispomos.

RETIFICAÇÃO

Por um lapso, não constou o nome do arquiteto Alfredo Britto entre os integrantes da Comissão para Preservação de Petrópolis, em matéria de SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA Nº 6.

INDICE ANALÍTICO
dos números 0 a 6

Os algarismos indicam, respectivamente, o número e a página de SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA onde se encontra o assunto.

Acácio, Antônio, **3**:4
Acaraú, CE, **5**:6
agricultura, **0**:1
Ainsa, Fernando, **4**:16
Alagoas, **4**:17
Alardo, Luís Borba, **5**:5
Albuquerque, Lynaldo Cavalcanti de, **5**:17
Alcan do Brasil, **3**:3,4
Alcântara, MA, **4**:1,2; **5**:17; Sociedade dos Amigos de São Luís e, **4**:2
Alcântara, Dora Monteiro e Silva de, **4**:19; **5**:3,4; **6**:1,2
Alegrete, RS, Fundação Educacional de, **2**:11
Aleijadinho, **3**:16; **4**:11; **5**:16
Alemanha, República Federal da, **3**:11; **4**:16; **5**:17,18; **6**:1
Almanaque Maranhense, **4**:3
Almeida, Bernardo de, **4**:2
Almeida, Mariza Trancozo de, **4**:15
Alvarenga, Oneyda, **4**:14
Alves, Rubem, **1**:6
Alvim Júnior, Fausto, **6**:15
Amarante, PI, **6**:10
Amazonas, **1**:5; **5**:16; Biblioteca Estadual do, **5**:16
Amazônia, **6**:17
Amorim, Ana Maria, **4**:19; **6**:1
Anápolis, GO, **5**:19
Anchieta, ES, **4**:20
Anchieta, José de, **6**:6
Andrade, Henrique Oswaldo de, **5**:18
Andrade, Joaquim Pedro de, **4**:14
Andrade, Máriode, **0**:1,2,3; **2**:8; **3**:5,8,13; **4**:11,12,14; **6**:1; e o anteprojeto de criação do SPHAN, **0**:1; **2**:8; **4**:14
Andrade, Oswaldo de, **3**:13
Andrade, Rodrigo Mello Francode, **0**:2,3; **2**:8; **3**:16; **4**:11,14; **6**:1
André, Ari, **4**:5
Anhatomirim, ilha de, **5**:2
Antunes Filho, **4**:14
APPANDE. *Ver* Petrópolis
Aracati, CE, **5**:5,12; Instituto do Museu Jaguaribano de, **5**:5; Casa de Câmara e Cadeia de, **5**:5
Araçatuba, ilha de, **5**:4
Araguaia, rio, **3**:16
Aranha, Oswaldo, **2**:11
Araújo, João Hermes Pereira de, **4**:17
Araújo, Manuel Francisco de, **3**:16
Araxá, MG, **2**:2
Argentina, **2**:12,14; **3**:11; **4**:16; **5**:12,16
arqueologia, **0**:2; **5**:1
arquitetura: popular, **0**:2; barroca, **5**:15
Arquivo Público Mineiro, **3**:12
Arquivo Público Nacional, **6**:4
Arraial Novo do Bom Jesus, Recife, PE, **5**:3
artesanato: e política cultural, **3**:17,18; estudos na área do, **0**:4; **1**:7; **2**:1,2; indígena do Centro-Oeste, **3**:15; **4**:12; mercado de, **4**:4; pesquisa e ação em relação ao, **3**:17,18; processos de evolução e alteração no, **3**:18
Aruake, índios, **6**:17
Aspen, **6**:17
Associação Amigos de Petrópolis, Patrimônio e Defesa da Ecologia. *Ver* APPANDE
Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, **5**:18
Associação Brasileira de Cimento Portland, **2**:13
Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, **4**:5
associações: de bairros, **3**:15; de pescadores, **4**:1
Assunção, **2**:12; **3**:11,12
Autos da Devassa, **6**:4
Ayala, Walmir, **5**:19
Bahia, **0**:4; **4**:17; **5**:3,10,15; Conselho Estadual de Cultura da, **5**:10; Fundação Cultural do Estado da, **6**:16; Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da (FPACBa), **4**:19; **5**:10, 17,18
Ballestrem, Agnes, **2**:14
banana-passa, **2**:13
Banco Central, **5**:10
Banco do Brasil, **0**:4; **2**:5; **4**:3; **5**:10; **6**:4
Banco do Nordeste do Brasil, **5**:13
Banco Nacional da Habitação, **1**:7; **5**:11; Programa de Financiamento para Lotes Urbanizados (Profilurb) do, **5**:11
Bandeira, Manuel, **2**:8; **4**:14
Barata, Mário, **3**:16
Barbosa, Frederico Simões, **1**:7
Barbosa, Ruy, **4**:5
Barra do Garças, MT **3**:16
Barros e Silva, Paulo Roberto, **5**:18
Bastos, Lygia Lessa, **4**:19; **6**:1
Batista, Lourival, **5**:7
Batista, Luís Gonzaga, **3**:10
Beisiegel, Celso de Rui, **1**:6
Belém, PA, **3**:12; **5**:11,12; **6**:12; trânsito em, **5**:16; uso do solo em, **5**:16
Belo Horizonte, MG, **1**:8; **3**:12; **4**:15, 17; **5**:11
Beltrão, Hélio, **5**:7
bem cultural: conceitos de, **0**:1,2,3; **4**:11,12; **5**:10; pobreza e preservação de, **3**:8; tráfico ilegal de, **4**:18; trato do, **2**:5; uso social do, **2**:5
Berard, Mário Jorge Gusmão, **5**:8
Betoya, índios, **6**:17
Bevilacqua, Clóvis, **4**:5
Bica, Briane Elisabeth Panitz, **2**:8; **6**:7,10
BNH. *Ver* Banco Nacional da Habitação
Bolanho, Eideval, **6**:5,6
Bolívia, **4**:16; **5**:16; **6**:16
Bosi, Eclea, **1**:6
Bracher, Fernão Carlos Botelho, **5**:8
Brasília, DF, **4**:4; **1**:7; **2 esp.**:1; **4**:3,5, 9,16; **5**:8,13,19; **6**:12,16,17; Catedral Metropolitana de, **4**:16
Brito, Francisco Xavier de, **5**:16
Britto, Alfredo, **4**:19
Brumado, rio, **5**:3
Buarque, Irene, **5**:18
Bulcão, Athos, **2**:12
Burle Marx, Roberto, **6**:13

Cabo de Santo Agostinho, **4**:12
Cabral, Jaime, **3**:4
Cachoeira, BA, **5**:10
Caeté, MG: Casa Setecentista de, **6**:9; Museu de, **4**:15; Prefeitura Municipal de, **6**:9
Cairo, **1**:8
Caixa Econômica Federal, **0**:4; **1**:7,8; **4**:16; **5**:7,10
caju: estudos sobre a cultura do, **0**:4
Caldas, José Zanini, **3**:14
Calil, Carlos Augusto, **4**:14
Calmon, Pedro, **5**:9,10
Calvente, Eurico, **4**:19; **6**:1
Câmara, Gerardo Brito Raposo da, **5**:9
Campos, RJ, **3**:14
Campos, Paulo Mendes, **4**:14
Canadá, **3**:3
Cândido, Antônio, **3**:16; **4**:14
Capanema, Francisco José da Silva, **5**:4
Capanema, Gustavo, **2**:8; **3**:13; **4**:11; **6**:1
Capano, Carlos Perrone, **1**:7
Capela Mayrink, **4**:10
Capibaribe, rio, **5**:3
Carapina, ES, **4**:20
carnaval, afoxés de caboclo, **3**:15; blocos de índios, **3**:15
Carrazoni, Maria Elisa, **4**:5
Carta de Veneza, **3**:2; **6**:8
Caru, **3**:9
Carvalho, Ayrton de Almeida, **3**:8; **6**:1
Carvalho, Edézio, **3**:4
Carvalho, José Antônio, **4**:20
Carvalho, Vladimir, **2**:12
carvão, mineração de. *Ver* Orleans, SC
Casa da Moeda: desmembramento da área tombada da, **5**:9

Casa do Padre Belchior, **5**:4
Casa Oswaldo Aranha, **2**:11
Casas de Cultura Popular, **6**:16
Castelo, João, **2**:9
Castelo Branco, José Ferrão, **3**:12; **6**:1
Castelo Melhor, Conde de, 4:19
Castro, José Liberal de, **5**:5
Castro, Maria Adriana Almeida Couto de, **5**:18
Castro, Martinho Melo de, **6**:4
Catas Altas, MG, **1**:8
Cazzato, Vicenzo, **5**:16
Ceará, **4**:1; **5**:5,6,12; **6**:10
CELG. *Ver* Goiás
Celoniat, Ignazio, **5**:16
Central de Medicamentos, **4**:2
Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais, **2**:14
Centro Nacional de Engenharia Agrícola, **2**:13
Centro Nacional de Referência Cultural. *Ver* CNRC
cerâmica, **3**:18; **4**:12
Ceres, GO, **3**:10
Chauí, Marilena, **1**:6
Chemin, Antônio Carlos Macedo, **1**:6
Chile, **4**:16
China, **1**:7
Chmyz, Igor, **3**:16
Circuito do Diamante, **4**:17
CNDU, **2**:4; **5**:11,18; **6**:10,18
CNPq. *Ver* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC, **0**:2,3; **1**:7,8; **2**:4,5,12,14; **4**:11; **5**:7; armazenagem e recuperação de informações, **1**:8; convênios, **0**:4; **1**:2,7; criação do, **0**:4; integração ao IPHAN, **1**:7; **2 esp.**:1; **3**:13; **4**:5; linhas de atuação do, **0**:4; programas do, **1**:3,4,5,7; **2**:11; projetos do, **0**:4; **1**:3,7; **2**:2,13; **3**:13
Coelho, Germano, **2**:11; **3**:7
Coelho, Nilo, **5**:7
Colagrossi, Fernanda, **6**:15
Colóquio sobre Revitalização dos Centros Históricos e Participação da Comunidade, **6**:16
Colorado, **6**:17
Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. *Ver* CNDU
Comitê do Patrimônio Mundial, **1**:8; **4**:16
Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, **3**:2,4
Companhia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, **4**:5
"Compromisso de Brasília", **0**:3
"Compromisso de Salvador", **0**:3
comunidade: conscientização da, **4**:11; **5**:7,9,12; **6**:1; participação da, **0**:2; **1**:2,3,4,7; **2**:3,4,5,10,12; **5**:13,17; **6**:5,6,9,14. *Ver também* Goiás, Olinda, Ouro Preto, Paraty, Piracicaba, Praia Grande, São Luís
Concílio de Trento, **2**:11
CONDEPHAAT. *Ver* São Paulo, Estado de
Confederação do Equador, **4**:8
Congonhas do Campo, MG, **2**:5; **3**:4; **4**:11,16; coleção de ex-votos de, **2**:5; Festa do Jubileu em, **2**:5; Prefeitura Municipal de, **2**:5; preocupação comunitária com os bens culturais em, **2**:5
Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, **6**:15,16
Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Ver* ICOMOS
Conselho Internacional de Museus. *Ver* ICOM
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, **0**:4; **3**:14; **5**:17
Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Ver** CNDU
Conselho Nacional de Turismo, **5**:17
Conselho Regional Latino-Americano de Arquitetura Paisagística, **5**:18
contrabando cultural, **4**:18
cooperação interinstitucional, **0**:3; **4**:11; **5**:10,11
Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool, **4**:8
Corredor Cultural. *Ver* Rio de Janeiro, RJ
Correia, Dora Maria Pereira Rego, **5**:9
Cortizo, Benigno, **4**:5
Costa, Cláudio Manuel da, **6**:4
Costa, Ivan Celso Furtado da, **4**:2; **6**: 10
Costa, Lúcio, **3**:13,16; **6**:1
Costa, Lygia Martins, **3**:16; **5**:5,6
Costa, Manuel Roiz da, **6**:4
Cricaré, rio, **6**:7
cultura: centro experimental de, **1**:2; conceito de, **0**:1; e educação, **0**:1; **5**:13; **6**:15; indígena, **5**:13
Cunha, Fernando, **2**:4
Curitiba, PR, **2**:12; Prefeitura Municipal de, **2**:12
Curt Lange, Francisco, **3**:16
Curtis, Julio Nicolau de, **5**:1; **6**:8
Curuçujá, rio, **5**:1
Cuzco, **2**:14; **4**:16

D. Maria I, **6**:4
D. Pedro I, **5**:4
D. Pedro II, **6**:2,3
Davanzo, Raffaele, **5**:16
Decreto-Lei nº 25, de 30.11.37, **0**:2; **4**:11; **5**:12
Delfim Netto, Antônio, **2 esp.**:1,2
Demo, Pedro, **6**:17
Departamento de Informação e Propaganda, **3**:13
Derenji, Jorge, **5**:16,18
Di Aguiar, Maciel, **6**:6
Di Cavalcanti, **5**:19
Dia Nacional da Cultura, **2 esp.**:1
Diamantina, MG, **6**:9
Dias, Altamiro Tibiriçá, **3**:4
Dionísio, Maria de Fátima, **3**:9
Djanira, **5**:19
documentação do Brasil no exterior, levantamento da, **1**:5; **4**:17
documentários cinematográficos: *Brasília segundo Feldman,* **2**:12; *Estratégia do abrigo,* **3**:14; *Mistério de Elche,* **2**:11,12; *O anjo e a sereia: viagem através do barroco latino-americano,* **5**:15
Drummond de Andrade, Carlos, **4**:14; **6**:1
Duarte, Benedito J., **3**:5
Duarte, Paulo, **4**:14
EBTU, **2**:4; **4**:1,9; **5**:11,16; **6**:18
Educação e Cultura no Brasil (1922–1945), **3**:13
Elche, **2**:11,12
EMBRATUR, **1**:7; **2**:7; **3**:4; **4**:3,10,11, 16,17,18; **5**:17; **6**:13
Empresa Brasileira de Transportes Urbanos. *Ver* EBTU
Empresa Brasileira de Turismo. *Ver* EMBRATUR
Encarnación, **3**:11,12
Ender, Thomas, **1**:5
Eppinghaus, Guilherme, **4**:19
Equador, **4**:16; **5**:16
Ercolani, Gianpaolo, **5**:16
Escola Técnica Federal de Ouro Preto, **1**:2
Espírito Santo, Estado do, **4**:20; **6**:7; Fundação Cultural do, **6**:7
Estados Unidos, **6**:17
estatuária, coleção de, **1**:8
Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, **6**:18; desativação da, **4**:6; e a crise da borracha, **4**:6; preservação da memória histórica da, **2**:11; **4**:5; **5**:20; reativação de parte da, **4**:5; recuperação do acervo da, **4**:5
Expedição Langsdorff, catálogo do acervo da, **1**:5
ex-votos, **2**:5,6; restauração de, **4**:15

Fagiolo, Marcello, **5**:16
Falcão Neto, Joaquim Arruda, **5**:8
Faria, Ieda Franco de, **4**:15
farinha de mandioca. *Ver* Orleans, SC
Fazenda Mandioca, **1**:5

Feildem, Bernard, **2**:14
Feldman, Eugene, **2**:12
FENAME, **6**:17
Fernandes, Orlandino Seixas, **4**:15
Ferreira, Manuel Rodrigues, **4**:5
Ferrez, Gilberto, **4**:19; **5**:3,5,9,10
FIDEM. *Ver* Recife, PE
Figueiredo, João, **2 esp.**:1,2; **3**:14; **4**:10,13; **5**:7,8
filmes. *Ver* documentários cinematográficos
Floresta da Tijuca, **4**:10
Florianópolis, SC, **5**:4
FNDE, **6**:17
Folger Shakespeare Library, **2**:11
Fontana, Martha Plazas de, **2**:14; **4**:15
Fortaleza, CE, **1**:7; **6**:10
Fortaleza de Santa Cruz, **5**:2,5
Fortaleza de Santo Antônio, **5**:5
Fortaleza de São José, **5**:5
Forte de Nossa Senhora da Conceição, **5**:4,5
Forte de São Marcelo. *Ver* Forte do Mar
Forte do Mar, **4**:19; **5**:20
Fortes, Márcio João de Andrade, **5**:8
fotografias, indexação de, **1**:8
FPACBa. *Ver* Bahia
França, **2**:8; **4**:3
Franco, Maria Eugênia, **3**:5
François, André, **4**:18
Frankfurt, **5**:18
Freiburg, **5**:18
FUNARTE, **5**:10; **6**:17
Fundação Calouste Gulbenkian, **5**:18
Fundação Casa de Ruy Barbosa, **5**:9; **6**:11
Fundação Cinemateca Brasileira, **3**:13
Fundação Cultural do Distrito Federal, **0**:4
Fundação Getúlio Vargas, **3**:13
Fundação João Pinheiro, **3**:3; **6**:10; plano de desenvolvimento para Santa Bárbara, Catas Altas e Brumal, **6**:10
Fundação Nacional Pró-Memória: aprovação da lei que criou a, **3**:14; aprovação do estatuto da, **4**:13; Conselho Curador da, **4**:13; **5**:7,8,9; **6**:11; elaboração do regimento interno da, **4**:13; envio ao Congresso de mensagem criando a, **2 esp.**:1,2; estudos para a implantação da, **4**:13; finalidade da, **4**:13; **6**:11; integração de esforços com outras entidades, **4**:17; patrimônio da, **4**:13; presidência da, **4**:13; **5**:7,8; recursos financeiros da, **4**:13
Fundação Roberto Marinho, **2**:3; **3**:7
Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, **6**:13
Fundação Universidade de Brasília, **0**:4
FUNDARPE. *Ver* Pernambuco
Fundo Nacional Pró-Memória, **1**:1
FUNDREM, **4**:19; **6**:3
Furtado, Diogo de Mendonça, **4**:19

Galluf, Carlos Neves, **4**:10; **6**:15
Galvão, Alfredo, **5**:9
Galveas, Condes de, **6**:4
Garcia, Pedro Benjamin, **1**:6
Gasparini, Graziano, **5**:15
GEIPOT, **5**:16
Giorgi, Flávio di, **1**:6
Goiânia, GO, **5**:19; **6**:18
Goiás, Estado de, **5**:3,19: Centrais Elétricas de (CELG), **2**:4; **4**:9; **5**:18; **6**:18; Fundação Cultural do Estado de, **5**:18; **6**:18; GOIASTUR, **6**:18; Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional de (INDUR); **5**:18; **6**:18; Saneamento de (SANEAGO), **2**:4; **4**:9; **6**:18; Secretaria de Planejamento Estadual de, **5**:18; Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento de (SUPLAN), **2**:4; **3**:9; **6**:18; Superintendência de Planejamento do Estado de, **6**:18; Telecomunicações de (TELEGOIÁS), **2**:4; **4**:9
Goiás, cidade de, GO, **1**:7; **2**:4; **3**:10; **4**:9; **5**:18; **6**:18; Festa de Santa Bárbara em, **4**:9; Grupo de Acompanhamento do Projeto Goiás, **2**:4; **4**:9; **6**:18; Museu Diocesano de Arte Sacra em, **4**:9; Prefeitura Municipal de, **2**:4; **4**:9; seminário de estudo dos problemas de, **2**:4
Gonzales, Suely F. Netto, **4**:20
Goulet, Denis, **6**:17
Gouvêa, Luís Alfredo de Campos, **5**:19
grutas, **4**:17
Guajará-Mirim, RO, **4**:6
Guarapari, ES, **4**:20
Guararapes, Parque Histórico Nacional dos, **3**:12
Guararema, SP, Prefeitura Municipal de, **2**:13
Guedes, Max Justo, **4**:19; **5**:9,10,20
Guignard, **5**:19
Guimaraens Filho, Alphonsus de, **4**:14
Guimarães, Ary, **5**:10
habitação popular: recursos humanos e naturais, **3**:14; técnicas construtivas, **3**:14
Heidelberg, **5**:18
Henriquez, Guillermo Joiko, **2**:14
Herrera, Juan de, **5**:16
Herrmann, Maria Cláudia, **6**:6
Herrmann Neto, João, **6**:6
Hidalgo, Gutierre Fernández, **5**:16
Hidrolina, GO, **3**:10
História da Tecnologia e da Ciência do Brasil, **1**:3
Holanda, Sérgio Buarque de, **4**:14
Hungria, Paulo M., **6**:3

IAB, **2**:14; **5**:18
Ianni, Octávio, **1**:6
Ibañez-Novion, Martín, **1**:7
IBDF, **3**:4; **4**:10,19; **6**:15; agentes florestais do, **6**:15
IBGE, **4**:5
Icó, CE, **5**:12
ICCROM. *Ver* Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais
ICOM, **2**:14
ICOMOS, **2**:14; **6**:16; Comitê Brasileiro do, **5**:17; **6**:16
identidade cultural, **4**:12
IEB. *Ver* Universidade de São Paulo
IEPHA. *Ver* Minas Gerais
imaginária, **5**:6,16; cadastramento da, **3**:11; jesuítica, inventário da, **3**:11
Inácio, Jair Afonso, **4**:15
Inconfidência Mineira, documentos da. *Ver* Autos da Devassa
indigenismo, debate sobre, **3**:15
indústrias familiares. **Ver** Orleans, SC
INEP, **1**:7; **5**:13
INEPAC. *Ver* Rio de Janeiro, Estado do
Instituto Aspen de Estudos Humanistas, **6**:17
Instituto Boliviano de Cultura, **6**:17
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. *Ver* IBDF
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Ver* IBGE
Instituto de Pesquisas Florestais, **6**:6
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Ver* IPHAN
Instituto dos Arquitetos do Brasil. *Ver* IAB
Instituto Ítalo-Latino-Americano, **1**:7; **5**:15
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Ver* INEP
Instituto Nacional do Livro, **3**:13
Instituto Peruano de Cultura, **2**:14; **4**:16
International Federation of Landscape Architects, **5**:18
Iperó, SP, Museu do Ferro em **2**:13
IPHAN: **0**:1,2; Conselho Consultivo do, **3**:14; convênios do, **1**:2,7; **2**:7, 11; **3**:3; 4:10,11; **5**:2,10,16; incorporação do PCH e do CNRC, **0**:2; **2 esp.**:1; **3**:13; **4**:11; **6**:1; modernização da estrutura administrativa do, **0**:3; transformação em Secretaria, **2**

esp.:1,2; **5**:7,9,11; **6**:11; 1a Diretoria Regional do, **5**:16,18; **6**:12; 2a Diretoria Regional do, 4:12; **6**:10, 12; 3ª Diretoria Regional do, **3**:12, 16; 4:7; 4ª Diretoria Regional do, **3**:12; **4**:18,19; **5**:10; 5ª Diretoria Regional do, **3**:12,13; 6ª Diretoria Regional do, **3**:4; **5**:4; 7ª Diretoria Regional do, **2**:14; **3**:9; **4**:9,16; 8ª Diretoria Regional do, **2**:12; **5**:14; 9ª Diretoria Regional do, **2**:12; **5**:1,2. *Ver também* Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Itália, **2**:14; **3**:6; **4**:16,18; **5**:15
Itamaraty, **1**:8
Itapaci, GO, **3**:10
itinerário cultural, **4**:11
Itu, SP, **2**:8
Ivert, Gisele, **2**:14

Jaguaribe, rio, **5**:5
Jamaica, **3**:3
Japurá, rio, **6**:17
Jaraguá, GO, **3**:10
João Paulo II, **4**:16
João Pessoa, PB, **1**:7; Escola Piollin de, **1**:7
Jornal da Bahia, **5**:20
Juiz de Fora, MG, documentação litográfica em, **1**:8
Karibe, índios, **6**:17
Klabin, Israel, **5**:10
Kliass, Rosa Grena, **5**:18
Koeller, Júlio Frederico, **6**:1,2
Kohlsdorf, Maria Elaine, **3**:15
Kovarick, Lúcio, **1**:6
Kravigny, Frank W., **4**:5
Kuhlmann, João Geraldo, **4**:10

Lacerda, Roberto, **3**:4; **5**:4
Lacombe, Américo Jacobina, **5**:9,10
Lacombe, Lourenço, **4**:19
Lamounier, Bolívar, **1**:6
Langlois, Juan Carlos, **2**:12
Langsdorff, Georg Heinrich, **1**:5; catálogo do acervo da expedição de, **1**:5
La Pastina Filho, José, **2**:12
La Paz, **6**:15,16
Lapa, PR: Escola Municipal de, **5**:14; Museu da Cidade de, **5**:14; Museu Municipal de, **5**:14; Prefeitura Municipal de, **5**:14
Laranjeiras, SE, **4**:18
Laterza, Moacyr, **4**:15
Leal, Fernando Machado, **3**:16; **4**:18; **5**:3
Lemaire, Raymond, **6**:16
Lemos, Carlos, **6**:16
Leningrado, **1**:5
Lima, Alceu Amoroso, **4**:19
Lima, Vivaldo da Costa, **5**:10
Limburg, **5**:18
Linhares, ES, **3**:14
Linhares, Maria Yeda Leite, **3**:16
Lisboa, **5**:18
Lisboa, Antônio Francisco, **3**:16
Lisboa, Antônio Márcio, **1**:7
Lisboa, Henriqueta, **4**:14
livros resenhados: *A cultura do povo*, de Edênio Valle e José J. Queiroz, **1**:6; *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil,* de Augusto Carlos da Silva Telles, **6**:17; *O Brasil por seus artistas/Brazil Through Its Artists,* texto e seleção de obras por Walmir Ayala, **5**:19; *O Solar do Almirante: história pela arquitetura,* de Francisco Riopardense de Macedo, **6**:17; *Sobre política cultural na América Latina,* de Alejandro Orfila *et al.,* **6**:17
Lobo, Pedro, **6**:15
Londres, **6**:6
Lopez, Telê Porto Ancona, **4**:14
Lucena, Augusto, **5**:6
Luziânia, GO, **5**:19
Lyra, Cyro Ilídio de Oliveira, **2**:12; **5**:4,5,6,9
Lyra, Irapoan Cavalcanti de, **6**:11
Macedo, Francisco Riopardense de, **6**:11
Machado, Geraldo Magalhães, **6**:16
Machado de Assis, **4**:14
Macieira, Gil, **5**:7
Maciel, Marco, **3**:7
Madeira–Mamoré. *Ver* Estrada de Ferro Madeira–Mamoré
Magalhães, Aloísio, **0**:2; **2**:12; **2 esp.**:1; **3**:8,14; **4**:1,2,5,10,11,13; **5**:7,8,9, 10,17; **6**:4,16,17
Magalhães, Antônio Carlos, **5**:10
Maia, Adoniel Motta, **5**:20
Mainz, **5**:18
Maku, índios, **6**:17
Manaus, AM, **5**:16
Manrique, Jorge Alberto, **5**:15
Maranhão, **2**:9; **4**:1,2,3,17; **5**:17; **6**:10; Banco do Estado do, **4**:2; Fundação Cultural do, **4**:2; Maratur, **4**:3,4; Secretaria de Planejamento do, **2**:10. *Ver também* Praia Grande e São Luís
Marburg, **5**:18
Mariana, MG, **0**:4; **3**:1,4; **4**:11,16; **5**:13; **6**:9,18; Casa Setecentista de, **6**:9; Faculdade de Filosofia de, **3**:4
Marques, Adair Evangelista, **4**:15
Marques, José Maria Cabral, **4**:1
Marsicano, Liliana, **6**:16
Martinelli, Maria Cavalcante, **6**:18
Martinica, **3**:11
Martino, Eduardo de, **4**:17
Martins, José Maria, **4**:2
Martins, Judith, **3**:16
Martins, Luís, **4**:14
Mascellani, Maria Nilde, **1**:6
Mathias, Herculano Gomes, **3**:16
Mato Grosso, **5**:3
Mattos, João Vital de, **4**:2
Mayerhoffer, Marcos, **6**:3
McGovern, **6**:17
medicina e terapêutica popular, **1**:7
Meia Ponte, rio, **5**:18
Mello, Ulisses Pernambucano de, **5**:20
Mello e Souza, Antônio Cândido de. *Ver* Cândido, Antônio
Mello e Souza, Gilda de, **4**:14
Mello Filho, Luiz Emigdio, **5**:9
Mello Franco, Afonso Arinos de, **5**:9
memória: conceito de, **4**:11; da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, **4**:6; nacional, **4**:3
Menezes, Ivo Porto de, **3**:16
Merrill, Dana, **4**:5
Mesquita, Francisco de Frias, **4**:19
México, **5**:15,16,18
Milano, Carla, **6**:16
Milliet, Sérgio, **4**:14
Minas Gerais, **0**:4; **1**:8; **4**:17,18; **5**:3,15, 19; **6**:4,9,13; Conselho Estadual de Cultura de, **3**:16; Departamento de Estradas de Rodagem de, **2**:7; **3**:3; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) de, **2**:15; **3**:12; **5**:18; música barroca de, **5**:16; Secretaria de Ciência e Tecnologia de, **2**:14
Minas Novas, MG, **4**:17
Mindlin, José Ephin, **3**:14; **5**:9
Ministério da Educação e Cultura, **0**:3, 4; **5**:7,10,13,19; **6**:17; Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas, **5**:13; Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural, **5**:13
Ministério da Educação e Saúde, **3**:13
Ministério da Fazenda, **4**:13
Ministério das Relações Exteriores, **0**:4; **4**:16,17; **6**:4,17
Ministério do Interior, **0**:4; **5**:13
Ministério dos Transportes, **4**:5
Miranda, Alcides da Rocha, **4**:19; **6**:1
Missões Jesuíticas: revitalização e consolidação das, **3**:11; turismo nas, **3**:11,12
mobiliário, coleção de, **1**:8
Moisés, José Álvaro, **1**:6
Monegal, Emir, **4**:14
Montaury, João Baptista de Azevedo Coutinho de, **5**:5
Monte Carmelo, Padre Jesuíno do, **2**:8

Monteiro, Douglas Teixeira, **1**:6
Montoya, Edgar Afonso, **6**:17
Monumentos arquitetônicos: ênfase na proteção aos, **0**:2,3; mudança de função dos, **0**:4
Moraes, Carmen Cinira Macedo de, **1**:6
Moraes, Vinicius de, **4**:14
Moraes Neto, Prudente de, **3**:14
Moreira, Roberto, **6**:16
Moscou, **1**:5
Mostra do Barroco Latino-Americano, **1**:7; **5**:15
Motta, Edson, **5**:9
Motta, Lia, **6**:13,14
Mucugê, BA, **5**:9
Mumford, Lewis, **6**:8
Munique, **5**:18
Museu Conde d'Eu, **1**:3
Museu da Inconfidência, **3**:13; **5**:16; **6**:4,9; *Anuário do* , **6**:4; auditório do, **6**:9; modernização técnica do, **6**:9
Museu das Bandeiras, **3**:10
Museu de Rua, **3**:5,6
Museu do Ferro, **2**:13
Museu do Diamante, **6**:9
Museu do Ouro, **3**:13; **4**:15; **6**:9
Museu Ferroviário, **2**:11
Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo. *Ver* Museu de Rua
Museu Histórico Nacional, **5**:9
Museu Histórico Naval da Bahia, **4**:19; **5**:20
Museu Imperial, **5**:9
Museu Kuhlmann, **4**:10
Museu Mineiro, **3**:12
Museu Nacional, **5**:9
Museu Nacional de Belas-Artes, **5**:9

Nabuco, Joaquim, **3**:7
Nápoles, Museu Nacional de S. Martino em **4**:17
Nassau, Maurício de, **4**:17
Natureza, proteção à, **0**:2
Negro, rio, **6**:17
Nettleford, Rex, **6**:17
Niccoli, Paulo Roberto de Oliveira, **5**:8
Niemeyer, Oscar, **4**:16; **6**:1
Nigra, Dom Clemente da Silva, **1**:5
Nova Almeida, ES, **4**:20
Novaes, Eduardo Duarte, **6**:5
Núcleo de Pesquisa de Técnicas e Processos de Restauração, **2**:14

OEA, **6**:15,16,17
Oeiras, PI **6**:10
Olaria, **0**:1; **5**:1
Olinda, PE, **2**:11; **3**:7,8; **4**:16; **6**:6,18; ampliação do Polígono de Tombamento de, **3**:8; Centro de Preservação dos Sítios Históricos de, **2**:11; Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de, **2**:11; Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de, **3**:7,8; Fundo de Preservação dos Bens Culturais de, **2**:11; Prefeitura Municipal de, **3**:7; programa de recuperação de, **0**:4; Sociedade dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga, **3**:7
Oliveira, Ana Gita de, **6**:17
Oliveira, Belchior Pinheiro de, **5**:4
Oliveira, Francisco de, **1**:6
Oliveira, José Lopes de, **6**:4
Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de, **4**:15
Orfila, Alejandro, **6**:17
Organização dos Estados Americanos. *Ver* OEA
Orleans, SC, **1**:3; **5**:13; colônia-modelo em, **1**:4; implantação do Museu ao Ar Livre em, **1**:3,4; indexação e microfilmagem de documentos de, **1**:3; instalação do Museu das Minas em, **1**:3; inventário do acervo do Museu Conde d'Eu de, **1**:3; Museu Primitivo de, **1**:3; Projeto Indústrias Familiares dos Imigrantes de, **1**:3; **6**:18
Ouro Preto, MG, **0**:4; **1**:2; **2**:7; **3**:1,2,3, 4,8,13; **4**:11,16; **5**:11,13; **6**:4,6,9, 18; animação cultural em, **3**:4; atuação da comunidade em, **3**:1; Câmara Municipal de, **1**:2; Casa da Baronesa em, **4**:11; **6**:9; Casa do Pilar em, **6**:9; Centro Experimental de Cultura e Educação de, **1**:2; **6**:18; Centro Regional de Cultura e Ação Comunitária de, **3**:4; contenção das encostas de, **1**:2; deslizamentos de terra em, **1**:2; **3**:1; desmonte de morro em, **2**:7; **3**:3; estudos geológicos da área de, **1**:2; grupo de trabalho multiinstitucional em, **1**:2; **Jardim** Botânico de, **1**:2; **2**:7; **3**:4; levantamento cultural da região de, **1**:2; parque ecológico de, **2**:7; **3**:3; Plano Especial de Emergência para a Recuperação e Preservação de, **2**:7; Prefeitura Municipal de, **2**:7; **3**:2,3,4; **6**:9; preservação e recuperação dos monumentos de, **3**:1, 2,; Programa Especial de Emergência de Preservação e Recuperação da Cidade de, **3**:4; Seminário de, **1**:2; **3**:1,2; tombamento como monumento mundial, **1**:8; trânsito em, **1**:2; uso do solo em, **1**:2; Via Periférica de, **1**:2
Paes, José da Silva, **5**:4
Palácio da Cultura, **3**:13
Palatinado, vale do, **6**:3
Panamá, **5**:16; **6**:15
Pará, **4**:19
Paraguaçu, rio, **5**:10
Paraguai, **2**:12; **3**:11; **5**:12
Paraíba, **1**:7,8
Paraná, **5**:14
Paraty, RJ, **6**:12,18; associação de moradores de, **2**:4; Câmara de Vereadores de, **2**:3; conflitos fundiários em, **2**:3; e os planos de expansão turística, **2**:3; mobilização da comunidade em, **2**:3; planos diretores para, **2**:3; Prefeitura Municipal de, **2**:3; preservação do núcleo histórico de, **0**:4; **2**:3,4; Seminário de, **2**:3,4; Sociedade dos Amigos de, **2**:3,4
Parque da Serra do Cipó, MG, **4**:17
Parque da Serra do Tabuleiro, **5**:5
Parque Nacional da Tijuca, **4**:10
Parreiras, Geraldo, **1**:8
Pastoral da Terra, **2**:4
Patrimônio ambiental urbano, conceito de, **6**:8
Paulini, Ernest, **4**:15
PCH, **0**:2,3; **1**:8; **2**:4,14; **3**:12,13; **4**:1, 4,11,19; **5**:7,11; área de atuação do, **0**:3; convênios do, **1**:2,7; **4**:15; criação do, **0**:4; grupo de trabalho SPHAN/SEPLAN para o, **4**:17; integração ao IPHAN, **0**:2; **1**:7; **2 esp.**: 1; **3**:13; **6**:1; objetivos do, **0**:4; **4**:15; recursos disponíveis do, **0**:3
Pedra do Cavalo, barragem de, **5**:10
Pelourinho, em Salvador, BA: área do, **0**:4; **5**:11; **6**:18; Plano de Desenvolvimento Integrado do, **5**:18
Pena, Cornélio, **6**:9
Pereira, Nuno Teotônio, **5**:18
Peres, Fernando da Rocha, **5**:20
Pernambuco, **0**:4; **4**:17; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de (FUNDARPE), **3**:7; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de, **5**:5; Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de, **3**:7
Perseghini, Luís, **2**:12
Peru, **4**:16; **5**:16
Pesca, **0**:1,2; **4**:1
Petrópolis, RJ, **1**:8; APPANDE, **6**:17; memória social de, **6**:3; Plano Koeller, **6**:1,2,3; preservação de, **4**:19; **6**:1,2,3
Piauí, **4**:1; **6**:10; Fundação Cultural do Estado do, **6**:10; Museu do, **6**:10
Piedade, Frei Agostino da, **5**:16
Pilar de Goiás, **GO: Casa da Intendência de,** 3:9; Casa de Câmara e Cadeia de, **3**:9; Casa de rótulas e forros pintados de, **3**:10; Casa Setecentista de, **3**:10; Clube de Jovens

de, **3**:9; Museu das Bandeiras de, 3:10
Pimentel, Sancho Barros, **4**:5
Pinto, Rogério F., **6**:17
Piracicaba, rio, poluição no, **6**:5
Piracicaba, SP: Câmara Municipal de, **6**:6; Casa do Povoador, **6**:5; Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (CONDEPAC) de, **6**:6; Prefeitura Municipal de, **6**:5,6; preservação da Rua do Porto em, **6**:5,6; preservação de vila operária em, **6**:6; Programa de Embelezamento de, **6**:6
Pirenópolis, GO, **3**:10; **5**:18,19
Pitangui, MG, **5**:4
Planaltina: Museu Histórico e Artístico de, **2**:14; Primeiro Encontro do Patrimônio Cultural de, **2**:14
PNUD, **2**:14; **5**:12; **6**:16
Pogsá, índios, **6**:17
Polônia, **4**:16
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Ver* PUC — São Paulo
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Ver* PUC — Rio
Portella, Eduardo, **2 esp.**: 1,2; **3**:14; **4**:10,13; **5**:3,7,8,9
Portinari, Cândido, **4**:10; **5**:19
Porto, Francisco Therezio, **6**:14
Porto Alegre, RS, **6**:17; Companhia Hidráulica de, **4**:15
Portoghesi, Paolo, **5**:16
Porto Velho, **2**:11; **4**:6
Portugal, **5**:15,18; **6**:4
Posadas, **3**:11,12
Praia Grande, Em São Luís, MA, **1**:7; **4**:1,2,3; **5**:11; Cadastro e Inventário das Edificações da, **4**:2; Convenção sobre a Renovação Urbana da, **2**:9, 10; porto da, **4**:1,2,18; **5**:17; preservação e revitalização da, **2**:10. **4**:1, 2,4; **5**:17
Preservação, **0**:4; **5**:10,11; de núcleos históricos, **5**:12,16; e crescimento econômico, **0**:3; e estagnação, **0**:3; e participação da comunidade, **0**:2; **5**:11; e urbanização, **0**:3; **5**:11; problemas enfrentados nos trabalhos de, **5**:11
Primeiro Encontro de Arte Sacra, **5**:10
Programa Artesanato Brasileiro, **1**:7
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Ver* PNUD
Programa de Cidades Históricas. *Ver* PCH
Programa de Tecnologia Urbana e da Habitação, **3**:14
Programa Nacional Pró-Memória, **1**:1
Projeto Rondon, **3**:9,10
Propriá, SE, **4**:18
PUC — Rio, **1**:8
PUC — São Paulo, **1**:6

Queiroz, José J., **1**:6
Querini, Maria Luíza, **4**:15
Quilici, Folco, **5**:15
Quinto Curso de Restauração de Monumentos e Preservação de Sítios Históricos, **2**:14
Quinto Distrito Naval, **5**:2

Ramasco, Augusto, **6**:5
Rebello, João, **4**:1
Recife, PE, **3**:8; **4**:16; **5**:11; **6**:16; Companhia de Urbanização (URB) do, **3**:12; **5**:18; destruição da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios do, **5**:6; Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FIDEM) do, **3**:12; incêndio, restauração e tombamento da Igreja da Madre de Deus do, **4**:7,8;
Regensburg, **5**:18
Reimus, Thereze, **6**:15
Reis, Galileu, **5**:18
Reis, Joaquim Silvério dos, **6**:4
Reis, José de Souza, **2**:12
Reis Magos, ES, **4**:20
Reritiba, ES, **4**:20
Rescala, João José, **4**:15
Resende, Otto Lara, **4**:14
Resenhas. *Ver* livros resenhados *e* teses resenhadas
Restauração: cursos de, **0**:3; **1**:7; **2**:14 **4**:15; **5**:11; da Capela de São Miguel Paulista, **5**:14; da Capela Mayrink, **4**:10; da Casa da Pólvora, **4**:10; da Casa de Câmara e Cadeia de Aracati, **5**:5; da Casa de Câmara e Cadeia da Lapa, **5**:14; da Casa de Grandjean de Montigny, **1**:8; da Casa dos Pilões, **4**:10; da Fortaleza de Santa Cruz, **5**;2; da Igreja da Madre de Deus do Recife, **4**:7,8; da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, **2**:12; da Igreja de Bonsucesso, **1**:8; da Igreja de Nossa Senhora da Vitória em Oeiras, **6**:10; da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no Rio, **3**:12; da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Salvador, **5**:10; da Igreja de Nossa dos Prazeres, nos Montes Guararapes, **3**:12; da Igreja e Convento de Santo Antônio, na Paraíba, **1**:8; da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Catas Altas, **1**:8; **6**:10; da Igreja de Santo Alexandre, em Belém, **3**:12; da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, **5**:2; da Residência Pacheco Leão, no Rio, **4**:10, da sacristia da Catedral Basílica de Salvador **5**:10; de acervos residenciais, **5**:11; de bens imóveis, **1**:8; **2**:12,14; **3**:9, 10,12; de bens móveis, **2**:14; de enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, no Rio, **1**:8; de esculturas, **4**:15; de ex-votos, **4**:15; de gravuras, **4**:15; de imóveis em Laranjeiras, SE, **4**:18; de imóveis em Praia Grande, São Luís, MA, **4**:3,4; de madeira, **2**:14; de papéis, **4**:15; de pedra, **2**: 14; de pinturas, **2**:14, **4**:10,15; de sobrado em Propriá , SE, **4**:18; do Centro Artesanal do Pelourinho em Salvador, **5**:10; do centro histórico de São Mateus, **6**:7; do Centro de Restauração de Bens Móveis de Salvador, **5**:10; do Convento das Mercês em Belém, **5**:16; do Forte do Mar, **4**:19; do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, **4**:10; do Laboratório—Farmácia Vital de Mattos, **4**:1, 3; do Mercado Público de São Luís, MA, **4**:4; do Palácio da Cultura no Rio de Janeiro, **3**:13; do Palácio Episcopal em Oeiras, **6**:10; do prédio do futuro Museu do Piauí, **6**:10; do Senado Mineiro, **1**:8; do Sobrado do Major Solemário, em Oeiras, **6**:10; do Solar Almirante Alexandrino, **5**:2; do Solar do Ferrão em Salvador, **5**:10; e uso social, **0**:4; laboratório de, **6**:16; problemas enfrentados nos trabalhos de, **5**:11
Revista de atualidade indígena, **3**:15
Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **3**:16
Ribeiro, Fernando Ernesto Carneiro, **5**:20
Ricupero, Rubens, **5**:8
Rio de Contas, BA, **5**:3
Rio de Janeiro, Estado do, **0**:4; **1**:5; Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do, **2**:3,4; Secretaria de Planejamento do, **2**:3
Rio de Janeiro, RJ, **5**:15; **6**:2,4,11,16, 18; Companhia do Metropolitano do, **3**:12; Corredor Cultural do, **2**:11; **5**:12; Jardim Botânico do, **4**:10; Parque da Cidade do, **4**:10; Prefeitura Municipal do, **2**:11; **3**:4
Rio Grande do Norte, **4**:17
Rio Grande do Sul, **2**:12; **5**:1,2,12; **6**:8; Fundação de Ciência e Tecnologia do, **5**:2; Instituto Estadual do Livro do, **6**:17; Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do, **5**:1; Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do, **5**:1,2

Rio Pardo, RS, **5**:2; **6**:17; Museu Barão de Santo Ângelo em, **5**:2
Ripa, Antônio, **5**:16
Riscos, Juan de, **5**:16
Robledo. *Ver* Batista, Luís Gonzaga
Rolim, José da Silva Oliveira, **6**:4
Roma, **1**:7; **5**:15,16
Rondônia, **2**:11; **4**:5,6; Associação dos Escritores de, **2**:11
Rossano, **3**:6
Rovira, Josep M. Xarrie, **2**:14
Ruedesheim, **5**:18
Rússio, Waldisa, **3**:5

Sabará, MG, **3**:13; **4**:11,15; **6**:9
Sabato, Jorge, **6**:17
Sabino, Fernando, **4**:14
Saia, Luís, **6**:1
Salgado, Maria Luíza, **4**:15
Salles, Fernando Roberto Moreira, **5**:8
Salvador, BA, **0**:4; **3**:14,15; **4**:15,16; **5**: 4,20; **6**:16; Prefeitura Municipal de, **5**:10
Salvador, Frei Vicente do, **4**:19
San Carlos, **3**:11, **6**:18
San Ignácio Guazu, **3**:12
San Ignácio Mini, **3**:11, 12
Sana, RJ, **2**:13
SANEAGO. *Ver* Goiás
Santa Bárbara, MG, **6**:10
Santa Catarina, **4**:12; **5**:1,2,4; **6**:8; Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente de, **5**:5
Santa Catarina, ilha de, **5**:5
Santa Luzia, MG, Prefeitura Municipal de, **4**:15
Santa Rita Durão, MG, **6**:9; Museu de Artes e Ofícios de, **6**:9
Santa Rosa, **3**:12
Santo Ângelo, RS, **3**:11,12; Prefeitura Municipal de, **2**:12
Santo Tomé, **3**:11
Santos, Paulo Ferreira, **5**:9
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, **2**:5; "Sala dos Milagres" do, **2**:6. *Ver também* Congonhas do Campo
São Borja, RS, **3**:11
São Carlos, SP, **2**:14
São Félix, BA, **5**:10
São João-del-Rei, MG, **4**:11; **6**:9; Associação Comercial de, **5**:10; Museu Regional de, **6**:9; situação do patrimônio histórico de, **5**:10
São Luís, MA, **1**:7; **2**:9; **3**:14; **4**:1,2,3, 4,18; **5**:10,11,17; **6**:12; ampliação da rede hoteleira de, **4**:4; Associação dos Livres Armadores de Pesca de, **4**:1; atividades pesqueiras em, **4**:1; **5**:17; barcos-geleiras de, **4**:1,2; Laboratório–Farmácia Vital de Mattos em, **4**:1,2,3; Museu de Farmácia de , **4**:2; Porto do Desterro de, **4**:1; Prefeitura Municipal de, **2**: 10; **4**:2; programa PESCARTE de, **4**:2; projeto viário para, **4**:1,2; restauração de ruínas em, **4**:2; Sociedade dos Amigos de.. e Alcântara, **4**:2
São Luís, RS, **3**:11
São Mateus, ES, **6**:7; Prefeitura Municipal de, **6**:7; tombamento e restauração do centro histórico de, **6**:7
São Miguel das Missões, RS, **2**:12; **3**:11; **5**:1,2; "Diretrizes para o Desenvolvimento de...", **2**:12
São Nicolau, Prefeitura Municipal de, **5**:1
São Paulo, Estado de, **1**:5; **5**:14,19; **6**:5; Arquivo do, **3**:6; Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de, **6**:5,16
São Paulo, SP, **3**:5.6; **4**:5; **5**:11,18; Arquivo Municipal de, **3**:6; Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP) da Prefeitura de, **6**:16; Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de, **6**:16; Departamento Municipal de Cultura de, **3**:6; legislação de preservação ambiental urbana de, **6**:16; Prefeitura Municipal de, **3**:5; Secretaria Municipal de Cultura de, **3**:5
Saramenha, MG, **3**:1,3
SBPC, **1**:7
Schaden, Egon, **6**:18
Schmitt, Ariete Alice **3**:16
Schreiber, Maria Romano, **4**:15
Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa. *Ver* SEMOR
Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Ver* SEPLAN/PR
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **2 esp.**: 1; **3**:14; **4**:13; Conselho Consultivo da, **5**:9; integração de esforços com outras entidades, **4**:17; **5**:1. **Ver também** IPHAN
Segundo Simpósio Nacional de Cálculo Numérico, **2**:14
Semana do Índio, **3**:15; **5**:13
Seminário Internacional de Jornalistas para a Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, **4**:16
Seminários. **Ver** Ouro Preto, Paraty
SEMOR, **1**:1; **6**:12
SENAC, **4**:4
Senado Mineiro, restauração do, **1**:8; **3**:12
SEPLAN/PR, **0**:4; **11**,7; **2 esp.**; 1; **4**:13; **5**:1 ; **6**:17
Sergipe, **4**:17,18; **5**:10
Serpa, Luís Felippe Perret, **3**:1,4
Serra Dourada, GO, **6**:18
Serro, MG, **6**:9; Casa dos Ottoni no, **6**:9
Serviço de Documentação Geral da Marinha, **4**:19; **5**:20
Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, **2**:8
Serviço do Patrimônio da União, **1**:1
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **0**:2; **3**:13; **4**:10
Serviço Nacional de Teatro, **3**:13
Sexto Curso de Restauração de Monumentos e Conservação de Sítios Históricos, **4**:16
S.F., Antônio, **6**:5
Silva, Jorge da, **3**:10
Silva, Luís Vieira da, **3**:10
Silva, Reginaldo Jorge da, **5**:19
Silva Filho, Olavo Pereira da, **6**:10
Silva Telles, Augusto Carlos da, **3**:16; **5**:11,15,16,18,20; **6**:16,17
Simpósio Internacional sobre o Barroco Latino-Americano, **5**:15
Smith, Rober C., **3**:16
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *Ver* SBPC
Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, **2**:4
Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, **4**:5
Sociedade dos Amigos de São Luís e Alcântara, **4**:2
Soeiro, Renato de A. Duarte, **3**:16; **6**:1
Solis, Leopoldo, **6**:17
Solo-cimento, **2**:13
Souza, Beatriz Muniz de, **1**:6
Souza, Inglez de, **4**:5
Stabile, Amaury, **4**:10
SUDECO, **2**:4
SUDEPE, **4**:1
SUPLAN. *Ver* Goiás

Tabajara, Leda, **4**:2
Teatro de Sombras, **3**:7
Tecelagem, **0**:1; popular no Triângulo Mineiro, **1**:7; **2**:1,2; **3**:18; **4**:12
Tecnologias patrimoniais, **2**:14; **6**:16
Tecnosolo, **1**:2; **3**:1,2. *Ver também* Ouro Preto
Teixeira, Anísio, **3**:13
Teixeira, Maria Ester, **2**:12
TELEGOIÁS. *Ver* Goiás
Terceiro Exército, **5**:1
Teresina , PI, **6**:10
Terrazas, Eduardo, **6**:17
Teses resenhadas: *A apreensão do espaço urbano. Sobre as possibilidades e*

limitações da análise visual no caso de Barra do Garças, de Maria Elaine Kohlsdorf, **3**:16; *A estratificação residencial urbana. Implicações da renda do solo,* de Suely F. Netto, **4**:20; *A renovação urbana e sua inversão,* de Briane Elisabeth Panitz Bica, **2**:8; *Interpretação das implicações do progresso científico e tecnológico no mundo atual e sobre o modo de vida urbano,* de Antônio Carlos Macedo Chemin, **1**:6; *Mobilidade Maku: aculturação?,* de Ana Gita de Oliveira, **6**:17; *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo,* de José Antônio Carvalho, **4**:20; *Pirenópolis, uma proposta de revitalização do patrimônio ambiental urbano,* de Luís Alfredo de Campos Gouvêa, **5**:19
Theresa Christina, Imperatriz, **4**:17
Tiradentes, MG, **4**:11; **6**:13; agenciamento paisagístico do núcleo histórico de, **6**:13,14
Toledo, Carlos Correia de, **6**:4
Toledo, Benedito, **6**:16
Tombamento: da Casa de Câmara e Cadeia de Aracati, CE, **5**:5; da Casa do Padre Belchior, **5**:4; da cidade de Rio de Contas, **5**:3; da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, **5**:6; da Igreja de Nossa Senhora do Boqueirão em Salvador, **5**:4; da Igreja de São José do Ribamar no Recife, **5**:5,6; do acervo do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, **5**:9; do Arraial Novo do Bom Jesus, no Recife, **5**:3; do Asilo D. Pedro II em Salvador, **5**:9; do centro histórico de São Mateus, **6**:6; do Forte de Nossa Senhora da Conceição na ilha de Araçatuba, SC, **5**:4; extensão de, em Petrópolis, **5**:9; homologação de, **5**:9; propostas de, **5**:9
Tracunhaém, PE, **3**:18; **4**:12; **5**:13
Trançado, **0**:1; **2**:14; **6**:18
Trinidad, **3**:12
Turismo: crescimento do, **0**:3; e as Missões Jesuíticas, **3**:11,12; em Minas Gerais, **4**:17; em Paraty, **2**:3; em Rondônia, **4**:5; em São Luís, MA, **4**:3,4

UNESCO, **1**:7,8; **2**:14; **2 esp.**: 2; **3**:11, 12; **4**:11,15,16,18; **5**:18; **6**:16,18; Fundo Internacional para a Promoção da Cultura, da **2**:11,12
Universidade Católica de Salvador, **5**:10
Universidad de San Antonio Abad, **4**:16
Universidade de São Paulo, **2**:8,13; **3**:13; **4**:20; **6**:18; Instituto de Estudos Brasileiros da, **2**:8; **3**:13
Universidade Federal da Bahia, **3**:15; **5**:10,20; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da, **3**:15
Universidade Federal de Brasília, **1**:6, 7; **3**:16; **4**:5; **5**:19; **6**:17
Universidade Federal de Minas Gerais, **1**:7; **2**:5,14; **3**:2,4; Escola de Belas-Artes da, **1**:7; **2**:5,14; **4**:15; Fundação Eschwege da, **6**:9
Universidade Federal de Ouro Preto, **1**:2; **3**:1,2,4; **4**:11,17; **6**:17; Escola de Minas da, **6**:9
Universidade Federal de Pernambuco, **3**:16
Universidade Federal de Santa Catarina, **5**:2
Universidade Federal do Maranhão, **2**:10; **4**:1,2
Universidade Federal do Pará, **5**:16
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, **4**:20; **6**:17
Urbanização, e preservação cultural, **0**:3
URSS, Academia de Ciências da, **1**:5
Uruguai, **5**:12
Uruguaiana, RS, **5**:1

Valle, Edênio, **1**:6
Vasconcelos, Luís Carlos, **1**:7
Velasco, Tomás de Torrejón y, **5**:16
Velloso, Antônio Augusto dos Reis, **5**:8
Veloso, Galba Magalhães, **5**:8
Venâncio Filho, Alberto, **6**:18
Venezuela, **4**:16; **5**:15,18
Vermelho, rio, **2**:4; **3**:10
Viamão, RS, **5**:1,2; Prefeitura Municipal de, **5**:2
Viana Filho, Luís, **5**:7
Vieira, Jorge Hilário Gouveia, **5**:8
Vieira, José Carlos, **3**:4
Vila Rica, **6**:4,9; Casa de Câmara e Cadeia de, **6**:9
Virmond, Frederico Guilherme, **5**:14
Vitória, ES, **4**:20
Volpi, **5**:19

Wakahara, Júlio Abe, **3**:5
Washington, **2**:11
Weffort, Francisco, **1**:6
Wiesbaden, **5**:18
Woell, Wilfried, **4**:16

Xavantes, exposição de artesanato dos, **3**:15
Xavier, Joaquim José da Silva, **6**:4
Xavier Filho, Geraldo Francisco, **4**:15
Yapeyú, **3**:11

Zapata, Manuel, **6**:17
Zipoli, Domenico, **5**:16